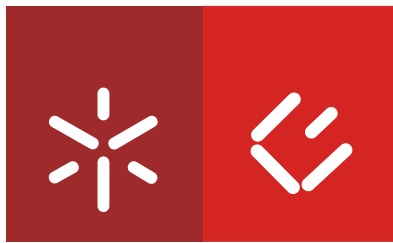


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Totas António João Correia

**Política fiscal, composição da despesa e o
crescimento económico da Guiné-Bissau, no
contexto da CEDEAO**

Outubro de 2012



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Totas António João Correia

**Política fiscal, composição da despesa e o
crescimento económico da Guiné-Bissau, no
contexto da CEDEAO**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Economia, Mercados e Políticas Públicas

Trabalho realizado sob a orientação do
Professor Doutor Francisco José Veiga

DECLARAÇÃO

Nome: Totas António João Correia

Endereço eletrónico: totas.correia@gmail.com

Título dissertação:

Política Fiscal, Composição da Despesa e o Crescimento Económico da Guiné-Bissau, no Contexto da CEDEAO.

Orientador:

Professor Doutor Francisco José Veiga

Ano de conclusão: 2012

Designação do Mestrado:

Mestrado em Economia, Mercados e Políticas Públicas

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

Política Fiscal, Composição da Despesa e o Crescimento Económico da Guiné-Bissau, no Contexto da CEDEAO.

Resumo

Os estudos teóricos e empíricos indicam que a política fiscal pode ter efeitos importantes no crescimento económico a longo prazo. O trabalho aborda a relação entre a política fiscal e o crescimento económico, utilizando dados em painel para os membros da CEDEAO, no período de 1980-2009. Por outro lado, analisa especificamente a evolução das finanças públicas guineenses no contexto da CEDEAO. Partindo do enquadramento teórico de Barro (1990), Barro e Sala-i-Martin (1992), Devarajam et al. (1996) entre outros, os resultados obtidos da análise para os 15 países da CEDEAO mostram que a política fiscal tem um efeito permanente na taxa de crescimento económico. Em particular, a pressão fiscal, o peso das despesas totais no PIB e o consumo público afectam negativamente o crescimento económico.

Palavras-Chave: Política Fiscal; crescimento; Guiné-Bissau; CEDEAO.

Fiscal Policy, Expenditure Composition and Economic Growth in Guinea-Bissau, in the context of CEDEAO.

Abstract

The theoretical and empirical studies suggest that fiscal policy can have important effects on long term economic growth. This dissertation studies the relation between fiscal policy and economic growth, using panel data for the period 1980-2009, with specific focus on the evolution of the Guinean public finances in the context of ECOWAS. Based on the models of Barro (1990), Barro and Sala-i-Martin (1992), Devarajam et al. (1996), among others, the results obtained from the studies on 15 ECOWAS countries, concluded that fiscal policy has a permanent effect on the rate of economic growth. In particular, the fiscal pressure, the weight of total expenditures, and public consumption negatively affect economic growth.

Key-Words: Fiscal Policy; growth; Guinea-Bissau; ECOWAS.

In memoriam Alfredo João Correia

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela vida e saúde.

Quero agradecer aos meus pais, António João Correia e Sábado Gomes, pela dedicação, paciência e pela boa educação que me deram. Os meus sinceros agradecimentos à Cooperação Portuguesa pela bolsa de estudos e ao Governo da Guiné-Bissau, em especial o Exmo. Sr. Ministro das Finanças José Mário Vaz, o Exmo. Sr. Secretário de Estado de Tesouro José Varela Casimiro e a Exma. Sra. Secretária de Estado do Orçamento e Assuntos Fiscais Gabriela Fernandes pela atenção e prontidão em autorizar a minha licença de estudos.

O presente trabalho não poderia ser realizado sem a orientação do Sr. Professor Doutor Francisco José Veiga que desde o primeiro momento (2007) manifestou a disponibilidade em trabalhar comigo neste projecto. Agradeço-lhe a prestimosa orientação que me proporcionaram competência e serenidade para concluir este estudo. Os meus agradecimentos aos Professores da Escola de Economia e Gestão e em particular a Professora Cristina Amado, por tudo e em especial, pelo trabalho que fizemos durante o curso e, por fim, agradeço o meu Professor Erik Alencar de Figueiredo da Universidade Federal de Paraíba.

Agradeço a todos que directa e indirectamente contribuíram para que este projecto profissional fosse realizado. À Binta Balde, Aquilina Gomes, aos meus irmãos, em particular ao Milton, aos meus primos, aos meus tios (Albino João Correia, Wasna Danfa, Quintino Mendes, Jaime N'combé, Augusto Mendes, Armando Correia, Antero João Correia, Vicente Mendes, Augusto Formoso, N'Tchama, António Semedo, Carlitos Silva em Sedengal); aos meus colegas António Nabituque, Gil Silva, Roberto Silva, Cipriano Silva, Roberto A. Vieira, João Té, Sonato Clussê, Pedro Meireles, Solino Dias Francisco Có, Aeorosvaldo Nancassa, Ivone Tavares, Alexandra Pimentel por todo carinho e compreensão que demonstraram ao longo do período da minha formação.

Também agradeço aos amigos de profissão e colegas de trabalho no Ministério das Finanças (MF) da Guiné-Bissau, em particular ao Sr. Director Geral de Conjuntura e Previsão (DGCP) Mestre Jeremias Cruz Pereira pelo apoio na obtenção da Bolsa junto do Governo da Guiné-Bissau, aos Senhores Óscar Cunha, Alberto Lona, Seco Camará, Adão Jata, Edson Mango, Samora Gomes, Carlos Sanhá, Mamadu Turé e tia Ngone ambos da (DGCP); a Sra. Fernanda Ramalho, ao Sr. Armando Indi Luís Ngabo do Comité Nacional da Política Económica (CNPE); ao

Sr. Romão Lopes Varela e a Sra. Aniusa Fonseca pelo trabalho de revisão e correcção da presente dissertação. Aos Senhores Carfa Embalo, Evaristo Pereira, Elísio Gomes Sá, Sérgio Baquilam, Mamadu Iaia Bari e o Uhalo Biague, todos eles da Direcção Geral do Orçamento (DGO); aos senhores Fernando Correia (Tchi), João Viriato, Cesar Fernandes, José Nhate, Seco Djeme da Direcção Geral do Tesouro (DGT); aos senhores António Vaz e Mutaro Balde da Direcção das Geral das Alfandegas (DGA); a Sra. Domingas Dias da Direcção Geral do Imposto (DGI); ao Sr. Emílio Sarcedotte Consultor Técnico junto ao MF, aos senhores Carlos Andrade, Watna Almeida e Gino Mendes. Os meus agradecimentos aos meus colegas do BCEAO Bissau, do INE e do Ministério de Economia e Plano e Integração Regional. Agradeço igualmente aos senhores Francisco Correia (COAN-FED), Gaston Fonseca, Alfredo Torres e Santiago Pena (do FMI).

Agradeço aos senhores Degol Mendes, Alemendou Correia, Miguel Jorge da Silva, Carupul Mendes, Elmer Barbosa, Fernando Ber. A Sra. Laise Pecixe pelo constante estímulo e interesse em que concluisse o mestrado disponibilizando-se para fazer a revisão da dissertação.

Aos colegas do curso de mestrado/doutoramento em Economia que tive o prazer de conhecer e com os quais convivi em Braga e Coimbra, especialmente ao João Brito, Hélder Pereira, Gilson Pina, Susana, Andreia, Sónia. Também agradeço aos colegas Jonatan, Sylvia, Tiago Salgado, Diana Gomes, Alcinda, José, Isabel, Jorge Ricardo, Sofia, todos do Mestrado em Economia, Mercados e Políticas Públicas, pelo espírito desprendido, colaborativo e crítico que todos tiveram no aproveitamento do curso.

Por fim, os meus agradecimentos a Secretária da Pós-graduação Sra. Dra. Estela Vieira pela atenção e amabilidade que teve para comigo ao longo do curso de mestrado em Braga.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Despesa total em % do PIB (1990/91 e 2009)	22
Figura 2: Receita tributária em % do PIB (1990/91 e 2009)	27

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Classificação dos Impostos	9
Quadro 2: Classificação das despesas públicas.....	10
Quadro 3: Efeitos da política fiscal no Crescimento económico.....	10
Quadro 4: Evolução da despesa pública da Guiné-Bissau no período: 1990-2009 em milhões de Fcfa	21
Quadro 5: Despesa pública total em % do PIB (Sector Público Administrativo).....	23
Quadro 6: Evolução das receitas públicas da Guiné-Bissau no período: 1990-2009 em milhões de Fcfa	27
Quadro 7: Receita pública total em % do PIB (Sector Público Administrativo).....	28
Quadro 8: Países membros da CEDEAO.....	53
Quadro 9: As variáveis e as respectivas fontes.....	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estatísticas Descritivas.....	38
Tabela 2: Efeito do nível de pressão fiscal na taxa de crescimento do PIB <i>per capita</i> dos 15 países de CEDEAO	42
Tabela 3: Efeito das despesas públicas totais na taxa de crescimento do PIB <i>per capita</i> dos 15 países de CEDEAO.....	43
Tabela 4: Efeito do saldo orçamental na taxa de crescimento do PIB <i>per capita</i> dos 15 países de CEDEAO.....	44
Tabela 5: Tabela 5: Efeito do consumo e investimento total na taxa de crescimento do PIB <i>per capita</i> dos 15 países de CEDEAO.....	45
Tabela 6: Efeito da despesa pública corrente e da despesa do investimento público na taxa de crescimento do PIB <i>per capita</i> dos 15 países de CEDEAO	46
Tabela 7: Efeito das variáveis fiscais na taxa do investimento dos 15 países de CEDEAO.....	47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de crescimento do PIB <i>per capita</i> dos 15 países da CEDEAO.....	38
Gráfico 2: Evolução da receita fiscal em percentagem do PIB dos 15 países da CEDEAO.....	39
Gráfico 3: Evolução do Saldo Orçamental em percentagem do PIB dos 15 países da CEDEAO.....	39
Gráfico 4: Evolução da despesa pública total em percentagem do PIB dos 15 países da CEDEAO.....	40

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

FCFA – Franco das Comunidades Francesas em África

FMI - Fundo Monetário Internacional

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico

UEMOA - União Económica Monetária da África Ocidental

UE - União Europeia

ZMAO – Zona Monetária da África Ocidental.

ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO	1
Questões da pesquisa:.....	3
Os objectivos da pesquisa:	4
Hipótese da pesquisa:	4
2 REVISÃO DA LITERATURA	7
2.1 Modelos de Crescimento exógeno e de crescimento endógeno.	7
2.2 Impacto da Política Orçamental no Crescimento económico.	9
2.3 Resultados para países desenvolvidos	13
2.4 Resultados dos estudos para países em desenvolvimento e países africanos.....	15
3 EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS: AVALIAÇÃO E TENDÊNCIAS.....	17
3.1 Despesas públicas.....	17
3.1.1 Conceitos.....	17
3.1. 2 Classificação	18
3.1. 3 Evolução, avaliação e tendências	20
3.1.4 Crescimento da despesa pública na Guiné-Bissau e na CEDEAO	21
3.3 Receitas públicas.....	23
3.3.1 Conceitos.....	23
3.1.4 Crescimento da receita pública na Guiné-Bissau e na CEDEAO	26
4 METODOLOGIA	29
4.1 O modelo teórico	29
4.2 Modelo empírico.....	32
4.3 Modelo Econométrico	33
5 OS DADOS E OS RESULTADOS DA ESTIMAÇÃO	37
5.1 Dados	37
5. 2 Resultados	37
6 CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS:.....	51
Anexos:	55

1 INTRODUÇÃO

Os estudos teóricos e empíricos sugerem que o crescimento económico potencial pode ser impulsionado através da política fiscal baseada na escolha das taxas de imposto e do nível e composição da despesa pública orientada para o investimento em capital humano, através de despesa em educação e saúde, bem como o progresso técnico através da despesa em capital físico, investigação e desenvolvimento, e infra-estruturas públicas essenciais.

A despesa pública é tradicionalmente considerada como um instrumento que pode influenciar o crescimento económico e a distribuição do rendimento. Conforme a teoria keynesiana, o uso da despesa pública pode exercer uma influência significativa sobre as variáveis económicas tais como o consumo e o investimento.

Existem vários estudos teóricos e empíricos que abordam a relação entre o tamanho do governo e a composição da despesa pública (corrente e de capital) e o seu efeito no crescimento económico. Rocha e Giuberti (2007), consideram dois factores fundamentais que justificam o aspecto composição. O primeiro, tem a ver com a distinção entre gastos públicos “produtivos” e “improdutivos” e estabelecer como um país pode melhorar o seu desempenho económico, mudando a combinação entre os dois. O segundo prende-se com as situações relacionadas com sucessivos ajustes fiscais, enfrentando-se a difícil questão de onde fazer cortes fiscais adicionais. Assim sendo, que componente dos gastos públicos deve ser cortada? Para os autores, a resposta deve, obviamente, depender, entre outras coisas, da contribuição que cada uma das componentes dos gastos tem para o crescimento económico (Rocha e Giuberti, 2007).

A questão do efeito das despesas públicas sobre crescimento económico tem gerado nos últimos anos do século XX uma literatura considerável, com grande ênfase nas análises teóricas e nos estudos empíricos. Estes debates têm contribuído para revisão cuidadosa sobre a utilização de finanças públicas na política económica. Estas são constituídas geralmente, de investimento de longo prazo nos sectores de educação, de infra-estruturas, bem como as despesas sociais de curto prazo nas áreas da saúde e da segurança social. De acordo com Keho (2007), este instrumento de política fiscal é de grande importância económica para os países da União

Económica Monetária da África Ocidental (UEMOA)¹ que não podem utilizar a política monetária de forma discricionária para a política económica.

Após a adesão da Guiné-Bissau à União Económica Monetária da Oeste Africana em Maio de 1997, o controlo e a gestão do orçamento guineense estão vinculados ao respeito dos critérios da Convergência impostos pela União. A maioria destes critérios está relacionada com variáveis orçamentais visando, assim, reforçar a convergência da política macroeconómica e os alicerces da moeda comum (Nubukpo, 2007).

Os Estados membros da UEMOA têm-se deparado com problemas de défices orçamentais persistentes que originam dificuldades como a insustentabilidade da dívida pública e fraco desempenho do sector privado, o que leva a que as autoridades da União decretem medidas sobre boa gestão das Finanças públicas a todos os Estados membros. Porém, três dos quatro principais critérios de primeira categoria do Pacto de Convergência da UEMOA estão relacionados com a melhoria da gestão das finanças públicas. Sendo assim, a nível da união monetária, a política orçamental constitui o principal instrumento de resposta face aos choques assimétricos que podem afectar a economia na ausência de um federalismo fiscal, e às medidas de uma política monetária comum entres os estados membros (Nubukpo, 2007).

Por mais de uma década, a situação económica e política da Guiné-Bissau foi difícil. Marcada pelos anos de instabilidade política, a começar pelo conflito armado de 1998/99, pelas frequentes mudanças de governo e fragilização das instituições (FMI, 2010). No entanto, durante este período verificaram-se défices internos insustentáveis, devido a uma baixa base tributária, um elevado rácio de despesas/receitas internas e forte dependência do Orçamento de Estado face à ajuda externa. O país apresenta condições externas desfavoráveis, com a economia vulnerável a choques externos, dependendo apenas de um produto de exportação no mercado – é o caso da castanha de caju.

¹ A União Económica Monetária da África Ocidental é constituída por 8 países: Benin, Burkina-Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Niger, Senegal e Togo.

Tudo isto tem como consequência o impacto negativo no crescimento económico e no processo de integração na UEMOA. Os efeitos desta prolongada crise social têm sido consideráveis. Com a drástica queda nos padrões de vida de grande parte da população e a deterioração dos indicadores sociais, a política económica e financeira foi fortemente afectada pela crise. Má gestão financeira, falta de implementação de reformas para modernizar um sistema de gestão das finanças públicas inadequado ao novo contexto de integração do país na UEMOA, e sucessivas crises políticas, tudo isso tem agravado profundamente a qualidade de gestão das finanças públicas.

Nos últimos anos a Guiné-Bissau realizou grandes progressos na melhoria da gestão das finanças públicas com o objectivo de alcançar maior disciplina fiscal e melhorar a eficiência e transparência no uso dos recursos públicos. O desempenho fiscal tem sido satisfatório apesar do difícil ambiente externo e da desfavorável situação política. Segundo o FMI (2010), os resultados recentes são encorajadores, com sucessos verificados na estabilização da situação fiscal e no reforço da capacidade técnica e administrativa. Com a ajuda do Fundo Monetário Internacional e de outros parceiros de desenvolvimento, permitindo criar condições para envolvimento renovado dos doadores. Por sua vez, isso exigirá um compromisso e determinação das autoridades na implementação de reformas creíveis permitindo a estabilização da situação macroeconómica.

Preocupado em manter os avanços operacionais registados na gestão orçamental, na melhoria da qualidade bem como o fortalecimento da gestão das finanças públicas, e num contexto de consolidação orçamental e os seus respectivos efeitos na economia, este trabalho enquadra-se nas reflexões sobre os factores de crescimento nas economias em desenvolvimento. Em consonância com as teorias do crescimento endógeno, este trabalho visa analisar a estrutura das despesas públicas guineenses a fim de identificar os componentes geradores ou/não de crescimento.

Questões da pesquisa:

Neste contexto, o presente trabalho procura responder às seguintes questões:

- Como evoluiu a política fiscal guineense desde 1990 até 2009? Como se compara essa evolução com a verificada nos países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)?

- Qual é o efeito da política fiscal no crescimento económico dos países da CEDEAO, em geral, e no da Guiné-Bissau, em particular?
- Quais são os mecanismos de transmissão do seu impacto?
- Qual é o efeito da composição da despesa pública no crescimento da economia guineense e como se compara com os resultados obtidos para países da UEMOA e da CEDEAO?
- Qual é a evolução das receitas fiscais, despesas públicas totais e das despesas de funcionamento e do investimento entre 1990 a 2009?
- Como é feita a repartição sectorial dos componentes do imposto e da despesa pública no mesmo período?
- Identificar a influência de gastos públicos em cada sector portador de crescimento económico.

Os objectivos da pesquisa:

Este estudo tem por objectivo analisar a política fiscal e repartição sectorial dos componentes da despesa pública da Guiné-Bissau, em comparação com a dos países da CEDEAO. Os nossos objectivos específicos são os seguintes:

Hipótese da pesquisa:

O presente estudo está inserido no contexto da teoria endógena do crescimento económico e segue a metodologia desenvolvida por Barro (1990), Barro e Sala-i-Martin (1992), Devarajam et al. (1996) entre outros. As hipóteses que propomos testar são as seguintes:

H1 - A política fiscal apresenta um efeito positivo sobre o crescimento da economia guineense (e dos países da CEDEAO) no longo prazo.

H2 – Um aumento de gastos no investimento público nos sectores de educação, saúde, ou de infra-estruturas tem um efeito positivo sobre o crescimento económico de longo prazo.

O estudo justifica-se pela inexistência de um trabalho teórico e empírico sobre o papel das despesas do Estado no crescimento, bem como pelo facto de permitir aprender características importantes das finanças públicas guineenses. A estrutura desta tese de mestrado é a seguinte:

O capítulo (2) contém uma revisão da literatura acerca das teorias de crescimento, destacando-se trabalhos de carácter teórico e empírico tomando em consideração os estudos realizados nas economias industrializadas e, em particular, para os países africanos. O objectivo é descrever e situar algumas das principais discussões sobre a teoria do crescimento, permitindo assim, seleccionar um modelo adequado à questão da pesquisa.

O capítulo (3) descreve o conceito, a classificação e a evolução recente da política fiscal guineense e das finanças públicas da Guiné-Bissau comparando-as com a dos países membros da CEDEAO.

O capítulo (4) apresenta o modelo teórico destacando o modelo desenvolvido por Barro (1990), Barro e Sala-i-Martin (1992), Devarajam et al. (1996) e numa outra secção, apresenta a metodologia econométrica.

Já o capítulo (5) reporta e analisa os resultados obtidos, destacando as regressões de crescimento, utilizando os dados em painel.

Por fim, o último capítulo apresenta as observações conclusivas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo serão desenvolvidas as discussões da literatura económica destacando, os modelos de Crescimento exógeno e endógeno e na segunda parte será apresentada a literatura que aborda o papel da política fiscal no crescimento económico.

2.1 Modelos de Crescimento exógeno e de crescimento endógeno.

O papel da política orçamental no crescimento económico é tema que gera controvérsia ao nível da teoria económica. Antes dos meados da década de cinquenta do século passado, os estudos sobre o crescimento económico limitavam-se ao curto prazo. Após o trabalho de Solow (1956), Swan (1956) entre outros, os trabalhos sobre crescimento económico passaram a discutir o longo prazo.

Desde então os trabalhos sobre crescimento económico de longo prazo recaem sobre países que utilizam um modelo de crescimento neoclássico como ponto de partida. As correntes neoclássicas tradicionais do crescimento económico partiam de um modelo de crescimento exógeno baseado em Solow (1956), que enfatiza a importância da poupança e da formação de capital na explicação do crescimento económico de curto prazo. Já para o longo prazo as diferenças nas taxas de crescimento económico são resultado das diferenças tecnológicas exógenas.

De acordo com essa orientação, o crescimento económico no estado estacionário é determinado por factores exógenos, tais como progresso tecnológico e o crescimento populacional. No curto prazo, consideram que o aumento da poupança leva a um aumento do stock de capital e a um crescimento mais acelerado nos rendimentos dos novos investimentos. Para o longo prazo, verifica-se o contrário devido ao aumento da intensidade do capital. Por outro lado, como alterações nos gastos do governo e na tributação possuem efeitos transitórios, ou seja, afectam o nível do produto no curto prazo, mas não alteram a taxa de crescimento de longo prazo, o papel da política fiscal passa a ser apenas de transição de um estado estacionário para outro.

Estas discussões tiveram maior impulso com os artigos de Romer (1986) e Lucas (1988) sobre o crescimento endógeno. O modelo proposto por estes autores, contribuiu muito para a teoria do crescimento económico e a realização de trabalhos empíricos posteriores sobre as determinantes do crescimento e sobre as modernas teorias de crescimento económico. Lucas (1988) considera que o investimento público na educação aumenta o nível de capital humano e isso pode ser visto como fonte principal do crescimento económico de longo prazo. Nesta linha das pesquisas direccionadas para a análise da contribuição do capital humano no processo de crescimento destacam-se Barro e Lee (1993) e as estimativas sobre os retornos da educação (Psacharopoulos, 1994).

De acordo com Silva e Mariano (2005), os resultados obtidos nos seus estudos indicam que os números médios de anos de escolaridade, conforme as diferentes medidas adoptadas, apresentam-se fortemente correlacionados com as taxas de crescimento da produtividade. Estes autores acrescentam ainda que a grande parte desses estudos baseia-se no modelo de crescimento de Solow (1956), segundo o qual o progresso técnico é considerado exógeno. Desse modo, a variável capital humano é considerada como um *input* adicional no processo de produção.

A contribuição essencial é que nestes modelos passou-se a considerar a possibilidade de a política orçamental ter efeitos permanentes no crescimento económico, uma vez que pode afectar não só o nível do produto mas também a taxa de crescimento de longo prazo. No entanto, dentro da literatura empírica do crescimento económico, não existe um consenso na relação entre os gastos do governo/impostos no crescimento.

Barro (1990) e Barro e Sala-i-Martin (1992), foram os primeiros a abordar os efeitos da despesa pública no crescimento. Enquanto vários estudos sugerem que existe uma relação positiva entre despesa pública e crescimento, existem diferentes visões sobre quais as categorias da despesa que promovem o crescimento económico. Por sua vez Romer (1990), releva a importância dos gastos públicos em infra-estruturas, pesquisa e desenvolvimento para o crescimento económico. Barro (1991), argumenta que gastos em capital estimulam o crescimento, enquanto despesas correntes o reduzem. Easterly e Rebelo (1993), argumentam que os gastos de capital aumentam o crescimento nos países em desenvolvimento. Devarajam et. al (1996), estudaram 43 países

em desenvolvimento, os resultados obtidos, demonstraram que países considerados pobres, se esforçam muito em investir nos bens de capital mesmo quando esses estão acima do nível ótimo, negligenciando os efeitos de despesas correntes sobre o crescimento (Davino e Junior, 2009).

De acordo com Devarajam et. al (1996), e Kneller et al. (1999), essas despesas podem ser classificadas em “produtivas” e “não produtivas”. Segundo estes autores as despesas produtivas afectam a taxa de crescimento económico, através do aumento da produtividade do sector privado, enquanto as não produtivas tendem a aumentar o bem-estar dos cidadãos, e apenas afectam o crescimento se financiadas por impostos discricionários. No entanto, a teoria prevê que as mudanças nas taxas de impostos podem afectar investimentos e crescimento no longo prazo.

2.2 Impacto da Política Orçamental no Crescimento económico.

Nesta secção serão apresentadas três variáveis - impostos, despesas públicas e défice – consideradas na literatura como as mais representativas em termos da política fiscal.

De acordo com Kneller et al. (1999), o impacto da política orçamental no crescimento económico está condicionado pelo tipo de impostos e de despesas públicas ou pela combinação das duas; pelo nível total das despesas públicas; e pelo tipo de financiamento. Para melhor interpretação dos estudos teóricos e empíricos é importante definir os conceitos de despesas públicas produtivas e não produtivas, impostos distorcionários e não distorcionários apresentados nos Quadros abaixo.

Quadro 1: Classificação dos Impostos		
Distorcionários	Não Distorcionários	Outros
Impostos s/ Rendimentos e lucros, Contribuição para Segurança Social	Impostos s/ bens internos e serviços	Impostos s/ comércio internacional, Outros impostos s/ o rendimento, Receitas não provenientes de impostos
Distorcem as decisões de investimento em capital ou trabalho	Não distorcem as decisões de investimento em capital ou trabalho	

Fonte: Kneller et al. (1999).

Quadro 2: Classificação das despesas públicas		
Despesas	Classificação Funcional	Efeitos
Produtivas	Educação, Saúde, I &D, Transporte e comunicações, Habitação, Lei e Ordem, e Serviços públicos gerais	Positivo na produtividade marginal do capital e do trabalho.
Não Produtivas	Segurança social e Bem-estar, actividades recreativas e serviços económicos	Nulo ou negativo na produtividade marginal do capital e do trabalho

Fonte: Kneller et al. (1999).

Quadro 3: Efeitos da política fiscal no Crescimento económico				
Financiado por:		Despesa Pública		Défice
		Produtiva	Não Produtiva	
Impostos	Distorcionários	Positivo/Negativo	Negativo	Ambíguo
	Não distorcionários	Positivo	Nulo	Negativo
Défice Orçamental		Ambíguo	Negativo	

Fonte: Kneller et al. (1999).

No Quadro 1, os impostos sobre o rendimento podem ter efeitos negativos permanentes no crescimento económico, uma vez que provocam a redução no consumo e, logo, reduzem a poupança, o que implica uma menor acumulação de capital. Kneller et al. (1999) argumentam que se os impostos forem somente sobre o consumo, a acumulação de capital não será afectada. Daí a ideia de que os impostos distorcionários são os que afectam negativamente o crescimento económico e os não distorcionários os que não afectam o crescimento económico.

De acordo com Barro (1990) os impostos distorcionários são os que afectam as decisões de investimento, abrangem os impostos sobre os rendimentos do trabalho e do capital, e que dependem, também, do seu grau de progressividade. Pelo contrário, conforme Mendoza *et al.* (1997), os impostos sobre o consumo não são distorcionários desde que não afectem a condição de escolha entre lazer-trabalho-educação. Estes autores salientam, no entanto, que os impostos sobre o consumo afectam investimento em capital humano quando a oferta de trabalho é endógena.

Na relação entre padrões das despesas públicas e o crescimento económico existem pelo menos duas maneiras ver Quadro 2. Em linhas gerais, as dotações da despesa entre as funções do Estado podem afectar as taxas de crescimento global, pois algumas categorias de actividades

parecem estimular o crescimento mais do que outras. Barro (1990) argumenta que o efeito de um aumento das despesas públicas no crescimento económico é nulo desde que não afecte a produtividade do sector privado. Barro (1990) propõe a divisão entre despesas públicas “improdutivas”, que não afectam o crescimento económico no longo prazo, e despesas públicas “produtivas”, que afectam positivamente o crescimento económico no longo prazo. Quando o sector público investe recursos em áreas que rivalizam com o sector privado, assim como na produção de bens e serviços nessas condições as despesas públicas não são produtivas. Nestes casos a afectação feita pelo sector público é ineficiente, por causa de alguns grupos de indivíduos que podem apropriar-se dos benefícios gerados por um recurso público que deveria beneficiar a todos.

Alesina e Rodrik (1991) e Persson e Tabellini (1994) introduzem em modelos de crescimento endógeno a discussão de como instituições democráticas lidam com problemas de distribuição. De acordo com estes autores, os gastos do governo reflectem uma decisão política em que alguns grupos são mais influentes do que outros. Assim sendo, a despesa pública é produtiva, desde que seja afectada à produtividade do sector privado, enquanto as restantes despesas tendem a aumentar o bem-estar dos cidadãos, e apenas afectam o crescimento se financiadas por impostos distorcionários.

Dentro dessa temática Gray (2007), argumenta que países com boa governação geralmente são capazes de cobrar impostos e gastar recursos públicos de forma mais eficiente e eficaz. Assim, tendem a gastar mais em áreas produtivas que podem levar a um maior crescimento. Em contraste, os países com a má governação tendem a utilizar altos níveis de despesas improdutivas e que acarretam impostos elevados para financia-lo, ou seja, não beneficiam necessariamente os gastos em áreas que são normalmente consideradas produtivas.

De acordo com Barro e Sala-i-Martin (1995), o gasto produtivo pode assumir três formas: a de bem público típico que pode ser, em simultâneo, utilizado por todos os cidadãos e empresas; bem privado oferecido pelo governo que é rival ou excludente. Enquanto o bem público parcialmente excludente é sujeito ao fenómeno do congestionamento, que é caso das estradas, aeroportos, etc.

Conforme Barro (1990), a abordagem mais realista para gastos produtivos é a última. Neste caso, gastos em educação, infra-estruturas, e tecnologia poderiam representar os gastos produtivos.

Por outro lado, tirando o papel da escolha de estratégias entre os impostos e as despesas públicas no crescimento económico, existem várias pesquisas empíricas que sustentam a noção de que saldos orçamentais saudáveis são bons para o crescimento económico de longo prazo. Segundo Kneller et al. (1999), quando são incorporados os efeitos de défices/excedentes no crescimento, os resultados podem ser positivos, negativos ou ambíguos, dependendo da forma como o défice é financiado (ver Quadro 3).

Embora subsistam dúvidas quanto ao efeito da consolidação orçamental de curto prazo no crescimento, de acordo com Gupta et al. (2006), vários estudos para os países industrializados têm chegado à conclusão, de que em algumas circunstâncias, contracções fiscais podem estimular o crescimento, portanto, apontam para uma relação significativa entre ajuste fiscal e o crescimento *per capita*. Isto é, uma redução de um ponto percentual no rácio do défice orçamental em relação ao PIB conduz a uma média de aumento na taxa de crescimento *per capita* de 0,5 pontos percentuais, tanto no longo prazo como no curto prazo (Gupta et al., 2006).

Para os países de rendimento baixo, analisados por Gupta et al. (2006), implica que uma redução da média do défice de aproximadamente 4 por cento do PIB para 2 por cento do PIB poderia aumentar o crescimento *per capita* de cerca de 1-2 pontos percentuais por ano. Os resultados serão bem conseguidos se forem direccionados para a composição total de despesas públicas para usos mais produtivos. Concluindo as consolidações orçamentais conseguidas através de cortes seleccionados nas despesas correntes tendem a provocar maiores taxas de crescimento. Contrariamente, ajustes com base no aumento de receita e cortes na despesa mais produtiva, revelam um resultado consistentemente negativo para os países industrializados.

2.3 Resultados para países desenvolvidos

Desde o final de 1980, vários estudos têm examinado o impacto da política fiscal no crescimento. Aschauer (1989), estimou a elasticidade-rendimento do capital público de infra-estruturas nos Estados Unidos em 0,24. Assim o autor constatou que gastos em infra-estruturas básicas (ruas, estradas, aeroportos, transporte de massa, entre outros) tiveram um impacto positivo na produtividade do sector privado. Easterly e Rebelo (1993) utilizando séries cross-country para cerca de cem países, entre 1970 a 1988, obtiveram estimativas da elasticidade - rendimento dos capitais de transporte e comunicação entre 0,59 e 0,66.

Os estudos de Nourzad e Vrieze (1995), Sanchez-Robles (1998) e Kamps (2004), encontraram evidência de um efeito positivo do investimento público no crescimento. Os estudos como Devarajan et, al. (1996), consideram que o investimento público pode ser produtivo se criar a infra-estrutura que sirva de entrada para o investimento privado.

Kneller et al. (1999), através de um conjunto de dados em painel para 22 países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), no período 1970 a 1995, descobriram que um aumento nas despesas financiado pelos impostos não distorcionários constitui um aumento na produtividade se o tamanho geral do Estado for relativamente limitado. Por outro lado, um aumento nos impostos distorcivos reduz significativamente o crescimento. Ou seja, as estimativas sugerem que o aumento das despesas produtivas ou a redução de impostos de distorção em 1% do PIB pode aumentar modestamente a taxa de crescimento (entre 0,1 e 0,2% por ano). Utilizando um painel de 23 países da OCDE, Widmalm (2001) descobriu que diferentes impostos têm efeitos vários no crescimento e que a progressividade fiscal é prejudicial ao crescimento.

Alesina e Ardagna (2009), estudaram a situação de estímulos fiscais e dos ajustes fiscais nos países da OCDE de 1970 a 2007. Concluíram que os estímulos fiscais com base na redução de impostos são mais susceptíveis de aumentar o crescimento do que aqueles que se fundam no aumento de gastos. Quanto aos ajustes fiscais com base em cortes de despesas e não aumento de impostos, têm maior probabilidade de reduzir o défice e a dívida em relação ao PIB do que

aqueles baseados em aumentos de impostos. Além disso, os ajustes do lado dos gastos, em vez de do lado fiscal, são menos susceptíveis de criar recessões.

Afonso e Furceri (2008), examinam os efeitos do peso do Estado e a volatilidade das receitas e despesas governamentais no crescimento dos países da OCDE e da UE. Os resultados globais indicam que o peso de um estado tende a dificultar o crescimento em ambos os grupos de países. Ou seja, a receita e a despesa total influenciam negativamente o crescimento real do PIB *per capita*, tanto para os países da OCDE como para os da UE. Em particular, um aumento de um ponto percentual na participação do total de receitas (despesas totais), diminuiria a produção em 0,12 e 0,13 pontos percentuais, respectivamente, para a OCDE e para os países da UE. Por outro lado, a volatilidade da despesa total também tem um efeito negativo e estatisticamente significativo sobre o crescimento, para os países da União Europeia.

Medoza et al. (1997), utilizando dados em painel de 18 países de OCDE, estudam os efeitos das taxas de imposto sobre o consumo, capital, trabalho e pessoal no crescimento. Os resultados encontrados não são estatisticamente significativos. Estas evidências reforçam a hipótese de Harberger segundo a qual a política fiscal é um instrumento ineficaz para influenciar o crescimento económico.

Benos (2009), analisa a redistribuição dos componentes de despesas públicas e impostos no crescimento utilizando os dados dos 14 países da União Europeia (UE) no período de 1990 até 2006. Os resultados são especificamente os seguintes: uma despesa em infra-estruturas públicas (assuntos económicos, serviços públicos gerais) e protecção de direitos de propriedade (defesa, segurança e ordem pública) exercem um impacto positivo no crescimento; os impostos distorcionários deprimem o crescimento e, por último, os gastos governamentais em actividades de capital humano (educação, saúde, equipamentos colectivos de habitação, protecção do meio ambiente, lazer, cultura, religião) e de protecção social não tem um efeito significativo no crescimento. Mas quando são desagregados, os gastos com a educação têm efeito positivo sobre o crescimento *per capita*.

2.4 Resultados dos estudos para países em desenvolvimento e países africanos.

Gupta et al. (2006) avaliam os efeitos da consolidação orçamental e da composição das despesas sobre o crescimento económico de 39 países “*low-income*” durante a década de 1990. A evidência empírica fornecida no trabalho sugere que em países com o rendimento baixo, consolidações orçamentais não foram prejudiciais ao crescimento a curto e longo prazo. Concluem que os países onde os gastos estão concentradas em salários tendem a crescer menos, enquanto aqueles que distribuem as despesas em capital e em encargos sociais de bens e serviços desfrutam de maior expansão no crescimento.

Ouattarra (2007), examina a problemática de causalidade entre a corrupção, despesa pública e o crescimento económico nos países da UEMOA, utilizando dados em painel relativos ao período de 1980 a 2004. Os seus resultados demonstram que a despesa pública tem efeitos no crescimento. Já Ocran (2009), analisando a África de Sul e utilizando dados trimestrais no período compreendido entre 1990 e 2004, analisou despesas de consumo público e formação bruta de capital, concluindo que essas duas variáveis têm efeitos positivos no produto. Kehu (2007) seguindo a metodologia proposta por Toda e Yamamoto (1995), analisou a causalidade entre a despesa pública e o crescimento económico na Costa do Marfim para o período de 1970-2002. Os seus resultados indicam que o consumo público e as despesas com investimento não tiveram efeitos significativos sobre o crescimento.

O trabalho de Nubukpo (2007), sobre as despesas públicas e o crescimento económico nos países da União Económica Monetária da África Ocidental, sustenta que no curto prazo, os gastos totais do governo não têm impacto significativo na maioria dos países da UEMOA (Benin, Burkina-Faso, Mali, Níger e Togo), com excepção da Costa do Marfim e Senegal, países onde o pagamento de juros da dívida pública são relativamente elevados, o que poderá influenciar os resultados. Já no longo prazo, os seus resultados são altamente diferenciados por países: o efeito dos gastos públicos totais sobre o crescimento é negativo no Benin, e no Níger; sendo positivo no Senegal e Togo; enquanto no Burkina-Faso, Costa do Marfim e Mali não é estatisticamente significativo.

Adefeso et al. (2010), analisaram o efeito neutro dos gastos não produtivos do governo financiados por impostos não distorcionários, com efeitos positivos e negativos das despesas públicas produtivas e distorção fiscal, sobre o crescimento económico na Nigéria, utilizando os dados anuais de 1970 a 2005. Os resultados demonstraram que um aumento nas despesas públicas não produtivas, financiadas por impostos não distorcionários, teve efeito neutro sobre o crescimento económico nigeriano, enquanto as despesas públicas produtivas tiveram efeito positivo sobre o crescimento económico. Estes resultados são consistentes com o consenso na literatura. No entanto, impostos distorcionários estão positivamente correlacionados com o crescimento económico. Segundo os autores, isso pode ser atribuído à ineficiência do sistema fiscal, por o problema da fraude e evasão fiscais ainda serem grandes, sobretudo nos países em desenvolvimento como a Nigéria. Assim, o estudo concluiu que os componentes da despesa pública e as receitas fiscais determinam o crescimento económico.

3 EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS: AVALIAÇÃO E TENDÊNCIAS.

Neste capítulo serão analisados os dados utilizados ao longo deste trabalho, a fim de ilustrar a relação entre as despesas, receitas públicas e crescimento económico nos países da CEDEAO, nos anos de 1990 a 2009.

A Secção 3.1 apresenta a metodologia, os conceitos e a classificação das despesas e das receitas públicas de acordo com o manual de estatística de finanças públicas do FMI (FMI, 2001), que constitui a principal base para a discussão e análise dos objectivos do presente trabalho.

A Secção 3.2 debruça-se sobre a evolução recente da política fiscal guineense e a evolução das categorias das despesas e receitas do governo observados na Guiné-Bissau de 1990 a 2009.

3.1 Despesas públicas

3.1.1 Conceitos

As despesas públicas caracterizam-se por serem o instrumento principal da actuação do governo. Através delas são estabelecidas as prioridades do governo no domínio do investimento público e das prestações de serviços.

As despesas públicas podem ser explicadas como a escolha política das actividades executadas pelo governo. Elas representam o custo da quantidade e da qualidade dos serviços e bens fornecidos pelo Estado. De maneira geral, as despesas são classificados de acordo com a sua finalidade, sua natureza e função.

A primeira classificação refere-se à desagregação das despesas de acordo com suas funções e programas a serem executados pelo governo. De acordo com Riani (1990), esta classificação é de grande importância na implementação efectiva do orçamento programa e tem por objectivo aumentar a eficiência e a eficácia na programação da despesa do governo. Em relação à

natureza das despesas, destacam-se duas categorias económicas: despesas correntes e despesas de capital.

3.1. 2 Classificação

A despesa pública deve ser classificada, em simultâneo, de acordo com diversos critérios que fornecem várias informações que respondem a distintas necessidades e finalidades de análise.

São quatro os principais critérios de classificação orçamental da despesa, a saber: classificação orgânica, funcional, económica e por programas. Segundo a classificação orgânica a despesa pública é discriminada por departamentos da administração pública que, em regra, correspondem aos “ministérios”. No âmbito da classificação económica, distinguem-se as despesas correntes e as de capital. De acordo com a classificação funcional, as despesas são agrupadas de acordo com a natureza das funções do Estado. Finalmente, relativamente à classificação por programas, define-se um programa de despesas como um conjunto de verbas destinadas à realização de determinado objectivo.

Adoptando a classificação económica, são as seguintes as rubricas das despesas correntes:

- a) Despesas com pessoal correspondem a remuneração total, e em espécie para os funcionários públicos por um trabalho efectuado por período contabilístico considerado com a excepção aos trabalhos ligados a formação bruta de capital por conta própria; destaca-se nesta categoria emolumentos e salários, prémios e indemnizações, cotizações sociais, vantagens de natureza pessoal, (prestações familiares, custos de formação do pessoal, outras despesas de pessoal e despesas de pessoal não ventiladas).
- b) Compras de bens e serviços. Esta rubrica compreende os bens comprados no mercado, exceptuado o fornecimento de bens de capital fixo, bens destinados à produção de capital fixo, stocks estratégicos ou de urgências, de terrenos ou activos incorporais. Entram nesta categoria, as compras de materiais e fornecimento de escritório, as rendas, o combustível e iluminação, as reparações e manutenção, os serviços de impressão, custos de viagem, telefone e telecomunicações, pequenos equipamentos ou os equipamentos com duração de vida normal inferior a um ano.

- c) Subvenção de exploração, é constituída por todos os pagamentos não reembolsáveis e sem contrapartidas, de carácter corrente, às empresas públicas, semi públicas, empresas privadas, às instituições financeiras e subvenções para outras categorias de benefícios.
- d) Outras transferências correntes. São as transferências para as administrações públicas, as instituições sem fim lucrativo, os lares, as autoridades supranacionais e contribuições para as organizações internacionais, que são destinadas para cobrir despesas correntes ou realizar objectivos de política geral ou objectivos diversos. São excluídas as transferências para administrações destinadas a formação de capital contabilizado ao nível de transferências em capital.
- e) Juros e custos financeiros, compreendem os juros e custos financeiros pagos pelo Estado aos doadores com quem tem contraído dívidas. Juros e custos financeiros são classificados por grandes categorias de doadores, externos e internos. Os pagamentos de dívida garantida ou avalizada são seguidos em conta especial do Tesouro.
- f) Encargos excepcionais. Constituem a anulação de produtos apurados nos anos anteriores – novos pagamentos e restituições, as despesas relativas às condenações ao Estado, perdas de câmbios, e outros encargos excepcionais.
- g) Provisões e imprevistos. São aquelas rubricas em que os créditos abertos não podem ser despendidos.
- h) Amortização de títulos do Tesouro, agrupa os reembolsos do capital de títulos do tesouro.
- i) Amortização dos empréstimos projectos, amortizações dos empréstimos programas e amortizações dos outros empréstimos.
- j) Dívida avaliada e outros pagamentos para conta de terceiros, são os pagamentos efectuados a títulos de dívida avaliada submetidas ao controlo do tesouro em conta especial.
- k) Reembolso do capital da dívida externa reescalorada.
- l) Imobilizações incorporais. Nesta categoria são incluídas as despesas em capital que são os pagamentos efectuados para aquisição de activos incorporais. Os activos incorporais são os activos que não têm contrapartida no passivo de um outro agente e não representam, pois, créditos sobre terceiros.

- m) Aquisições, construções e alicerces de imóveis. São as despesas em capital que são efectuados para a aquisição de bens de capital fixo imóveis, incluindo os de habitação, e entre eles, alojamentos atribuídos às famílias dos membros das forças armadas, prédios civis não residenciais e os outros trabalhos e construções civis.
- n) Aquisições e grandes obras de restaurações do material e mobiliário agrupam as despesas efectuadas para aquisição de bens duradouros novos ou já existentes, destinados a utilização e produção não militares.
- o) Transferências em capital, constituem os pagamentos sem contrapartida e sem efeito de engajar ou atingir créditos financeiros, que são efectuados pelas administrações públicas para apoiar os beneficiários na aquisição de bens de capital, para indemnizá-los da perda ou dano de bens de capital ou para aumentar o seu capital financeiro.
- p) Empréstimos e adiantamentos compreendem os desembolsos do Estado que dão origem a créditos financeiros sobre terceiros e que são efectuados por motivos de política geral.

As despesas de capital consistem sobretudo de despesas de investimento, que constituem despesas que contribuem para formar um bem de capital ou acrescentar valor a um bem já existente, realizadas por meio de compra, transferências, ou aquisições de propriedades entre as entidades do sector público ou do sector privado para o sector público. Constituem essas despesas os investimentos, as transferências de capital e as inversões financeiras.

3.1. 3 Evolução, avaliação e tendências

Recentemente, muitos governos dos países industrializados e em desenvolvimento, têm elevado os seus gastos para proporcionar maior estímulo à economia, embora o efeito desses estímulos sobre o crescimento económico não seja consensual nem conclusivo.

Desde o estudo de Barro (1990), surgiram vários trabalhos destacando a importância dos gastos públicos, inclusive a sua composição, no crescimento. Vários trabalhos sugerem que existe uma relação positiva entre despesa pública e crescimento da economia. Na secção seguinte discute-se a evolução da despesa pública na Guiné-Bissau e nos países de CEDEAO.

3.1.4 Crescimento da despesa pública na Guiné-Bissau e na CEDEAO

O volume e o crescimento da despesa pública guineense têm aumentado significativamente em termos absolutos nos últimos anos (ver Quadro nº 4). No ano de 1990, a despesa total foi de 24.700 milhões de Fcfa e no ano de 2009 a mesma rubrica foi de 60.954 milhões de Fcfa, observando assim um aumento de 53.419 milhões de Fcfa. Correspondendo assim, a uma variação de 218,9%. São várias, as causas desse aumento relativo que poderão, em parte, ser explicadas pelo aumento da despesa com pessoal em 643,8%. Por outro lado, ao longo desse período verificou-se um aumento do número de funcionários na administração pública, aumento das despesas com militares e paramilitares após o conflito político militar de 07 de Junho de 1998/99 e aumentos de salários verificados no ano de 2004, etc.

Quadro 4: Evolução da despesa pública na Guiné-Bissau no período 1990-2009, em milhões de Fcfa								
Designação	1990	1995	2000	2005	2006	2007	2008	2009
Despesa Total	24.700	38.200	40.500	66.900	39.153	61.241	49.654	60.954
Despesa corrente	10.400	22.600	24.700	44.400	33.643	41.619	47.922	45.594
Salários e ordenados	2.700	2.900	10.500	21.300	18.850	20.042	20.138	20.083
Bens e serviços	4.100	10.600	8.200	10.300	6.566	8.026	9.081	6.770
Transferências	900	2.300	5.200	6.100	7.473	9.436	12.357	11.577
Juros	2.700	6.800	800	6.700	42	1.493	2.221	1.000
Outras despesas					711	2.621	4.125	6.164
Despesas de capital	14.300	15.600	15.800	22.500	5.511	19.623	1.731	15.360

Fonte: Ministério das Finanças

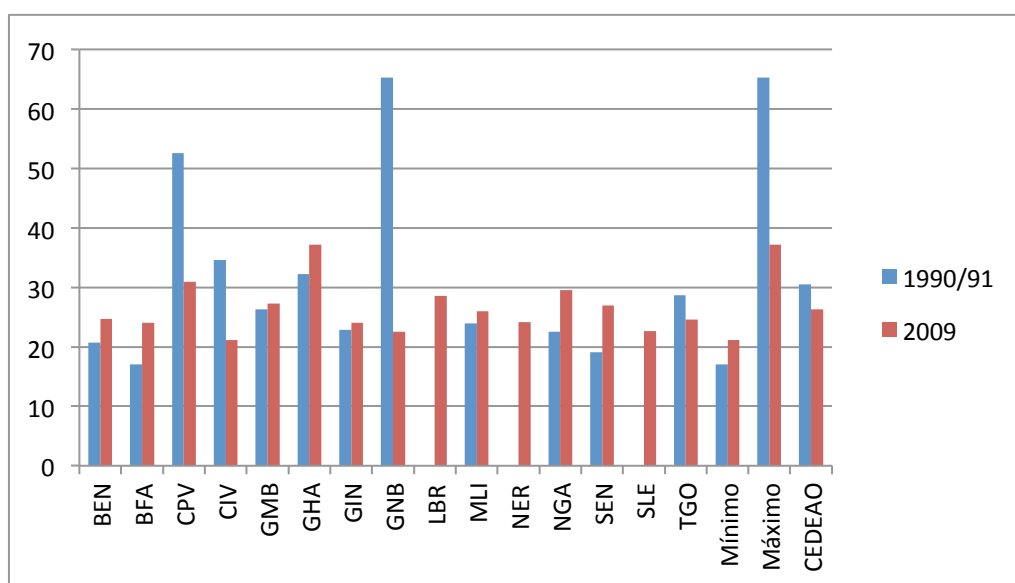
Na rubrica das transferências observou-se um aumento de 1186,5% que pode ser explicado pela abertura das novas embaixadas e serviços consulares, transferências para os combatentes da luta de libertação de 7 de Junho e as transferências para Institutos públicos e as Escolas de Formação superior. Em relação a juros da dívida pública, observou-se uma diminuição do pagamento do encargo com serviço da dívida em 65,1% entre o ano de 1990 e 2009. Este facto justifica-se por dificuldade de tesouraria a nível das finanças públicas.

Relativamente a despesas de bens e serviços registou-se um ligeiro aumento em 65,1% em parte essa tendência pode ser explicada pelo aumento de fornecimento dos bens de consumo para os militares.

Por outro lado, tirando a situação dos juros da dívida, as despesas de capital tiveram o mesmo comportamento evolutivo, ou seja, as despesas de investimento cresceram 7,4% entre o ano de 1990 a 2009. Essa tendência explica-se pelo aumento da despesa de capital financiada com recursos externos.

Relativamente aos países da CEDEAO (Figura 1), no início da década de 1990 observou-se em média um peso de 30,5 pontos percentuais do Estado na economia, como pode confirmar no Quadro nº 5.

Figura 1. Despesa total em % do PIB (1990/91 e 2009)



Fontes: FMI, BCEAO, Bank of Nigeria.

Os países como Cabo-Verde e Guiné-Bissau registaram um maior rácio de despesa pública no produto, de 52,6 e 65,3 pontos percentuais, respectivamente. A diminuição do rácio da despesa pública entre 1995 a 2008 foi generalizada para os países da CEDEAO, com a média no período de 24 pontos percentuais. Em 2009 observou-se um aumento na média em torno de 26,3%.

Quadro 5 - Despesa pública total em % do PIB (Sector Público Administrativo)									
	1990/91	1995	2000	2005	2006	2007	2008	2009	Varição
BEN	20,7	22,1	20,1	21,1	19,3	23,4	21,1	24,7	4,0
BFA	17,1	21	24,4	22,4	23,6	25,6	21,2	24,1	7,0
CPV	52,6*	51,5	45,0	36,5	34,4	29,3	31,1	30,9	-21,7
CIV	34,6	26,9	21,0	19,9	20,8	20,5	21,1	21,1	-13,5
GMB	26,3*	29,8	21,1	29,4	29,1	22,0	22,2	27,3	1,0
GHA	32,2	31,8	22,7	31,7	34,9	38,1	42,0	37,2	5,0
GIN	22,9*	17,5	18,6	15,2	18,9	14,8	17,4	24,0	1,1
GNB	65,3	30,4	41,0	21,4	20,6	22,0	21,0	22,5	-42,8
LBR	N/D	N/D	14,9	14,6	12,9	19,8	27,1	28,6	13,7
MLI	23,9	22,2	24,5	24,6	24,9	24,5	21,2	26,0	2,1
NER	N/D	15,2	15,5	20,2	19,8	23,1	22,8	24,2	9,0
NGA	22,5	12,9	15,3	28,7	26,9	29,5	29,2	29,5	7,0
SEN	19,1	19,9	20,8	23,6	26,6	27,5	26,5	27,0	7,9
SLE	N/D	N/D	34,6	24,1	22,7	17,7	20,7	22,7	-11,9
TGO	28,7	22,6	18,9	20,4	22,1	20,6	19,5	24,6	-4,1
Mínimo	17,1	12,9	14,9	14,6	12,9	14,8	17,4	21,1	4,0
Máximo	65,3	51,5	45,0	36,5	34,9	38,1	42,0	37,2	-28,1
CEDEAO	30,5	24,9	23,9	23,6	23,8	23,9	24,3	26,3	-4,2

Fontes: FMI, BCEAO, Bank of Nigeria. Notação (*) corresponde ano de 1991.

3.3 Receitas públicas

Nesta secção serão discutidos alguns conceitos das receitas públicas e procurar-se-á avaliar a evolução da fiscalidade guineense e dos Estados membros de CEDEAO.

3.3.1 Conceitos

As receitas públicas compreendem todos os pagamentos sem contrapartida e não reembolsável, efectuados em benefício da administração pública, à excepção de recursos não obrigatórios provenientes de doações nacionais ou do exterior, pois têm como finalidade atender às despesas públicas. De acordo com a classificação económica, a receita é classificada em receitas correntes e receitas de capital.

Classificam-se na categoria de receita corrente aquelas receitas oriundas do poder impositivo do Estado – pode-se distinguir os principais tipos de receitas nomeadamente receitas, fiscais, não

fiscais, transferências recebidas de outros orçamentos, doações a programas, receitas excepcionais, doações a projectos, emissão de títulos do tesouro, desembolso sobre empréstimos dos projectos, empréstimos programas, imobilizações incorporais, solos e subsolos, imóveis, material e mobiliário etc.

- a) As receitas fiscais são constituídas por pagamentos sem contrapartida e não reembolsáveis, efectuadas em prol das administrações públicas. Contêm igualmente os direitos e juros recebidos pelas administrações que não tem a ver com o custo ou amplitude do serviço prestado ao pagador (ex. impostos sobre rendimento, benefícios e ganhos em capital; impostos sobre salários pagos e outras remunerações; impostos sobre o património, impostos directos; impostos e taxas internos sobre bens e serviços; direitos de selo e registos; direitos e taxas na importação; direitos e taxas na exportação e outras receitas fiscais).
- b) As receitas não fiscais cingem todas as arrecadações não reembolsáveis da administração pública tendo uma contrapartida excepto as que provêm de vendas de bens de capital, todas as coimas e penalidades exceptuando as relativas às infracções fiscais, e todas as cobranças correntes da administração pública representando depósitos voluntários, não reembolsáveis e sem contrapartida, de fonte outra que não sejam as administrações pública. No caso da Guiné-Bissau compreendem as receitas não fiscais: Renda da empresa e do domínio, direitos e juros administrativos, coima e condenações pecuniárias, produtos financeiros (dividendos, benefícios nítidos, comissões de BCEAO, etc.), cotizações sociais e outras receitas não fiscais.
- c) Transferências recebidas de outros orçamentos, de acordo com as disposições do artigo nº 26 da Directiva relativa às leis de finanças. Esta rubrica regista, nos orçamentos anexos ou contas especiais do tesouro, dotações orçamentais provenientes do orçamento geral do estado.
- d) Doações a programas compreendem todas as ajudas financeiras não reembolsáveis recebidas de outras administrações públicas nacionais ou estrangeiras. Distingue-se donativos internos e externos de um lado, e donativos programas e projectos por outro lado.
- e) Receitas excepcionais são as cobranças ou deduções de cargos ordenados ou líquidos durante gestões anteriores, e receitas correntes de carácter excepcional. De acordo com

a nomenclatura orçamental guineense constituem receitas excepcionais o perdão e anulação de dívidas, devolução ao Tesouro de somas indevidamente liquidadas, ganhos de câmbio e outras receitas excepcionais.

- f) Donativos a projectos, compreendem doações a projectos de instituições mundiais (projectos de governos afiliados ao “*Clube de Paris*”, projectos de governos não afiliados ao “*Clube de Paris*”, projectos de organismos privados estrangeiros, fundos de apoio etc.).
- g) Emissão de títulos do Tesouro, regista cobranças de títulos de tesouro sob fórmula ou em conta corrente, cujo tempo de amortização é superior a um ano.
- h) Desembolso sob Empréstimos a projectos, compreendem desembolsos efectuados sob ajudas financeiras tendo como efeito revelar obrigações de reembolso.
- i) Empréstimo a programas regista os desembolsos efectuados sob forma de ajudas financeiras tendo como efeito relevar obrigações de reembolso. Distinguem-se os empréstimos de ajustamento estrutural multilaterais, de ajustamento estrutural de Governos afiliados ao Clube de Paris e dos Governos fora do Clube de Paris.
- j) Receitas em capital – i) imobilizações incorporais que agrupa os produtos cobrados a título de vendas de imobilizações incorporais. Os activos incorporais são activos que não têm categoria no passivo de um outro agente e que desta forma, não representam créditos sob terceiros. Trata-se de direito de explorar jazigos de minerais e zonas de pescas, outras concessões e altos-relevos, às patentes e aos direitos de autor; ii) solos e subsolos tratam-se dos produtos cobrados a título de vendas de terrenos, jazigos, plantações; iii) imóveis: esta categoria agrupa os produtos cobrados a título de vendas de imóveis como por exemplo prédios administrativos para uso de escritórios, alojamento (civis e militares) e para uso técnico; iv) material e imobiliária esta categoria agrupa os produtos cobrados a título de vendas de mobílias, ex. mobílias e material de alojamento e escritório, material informático para escritório, material de transporte de serviço e função. Também constituem receitas de capital equipamentos militares, cessões de participações, devoluções, em prol do Estado, reembolso de empréstimos e adiantamentos, etc.

Para Riani (1990), o mecanismo dos impostos, ligado à política orçamental, intervém directamente na alocação dos recursos, na distribuição de recursos na sociedade e pode,

também, diminuir as desigualdades na distribuição da riqueza, no rendimento e consumo. Os impostos são instrumentos através dos quais as pessoas tentam obter recursos colectivamente para satisfazer as necessidades da sociedade.

3.1.4 Crescimento da receita pública na Guiné-Bissau e na CEDEAO

Nesta parte procurar-se-á apresentar uma série de informações que propiciem um conhecimento da fiscalidade da Guiné-Bissau e dos países da CEDEAO, no respeitante à sua evolução, composição e distribuição.

Em termos absolutos, a receita corrente da Guiné-Bissau sofreu uma elevação significativa após a adesão do país a UEMOA no ano de 1997. Conforme ilustra o Quadro 6, no ano de 1990 a receita do governo foi de 12.400 milhões de Fcfa. Em 2009 esse valor passou para 35.369 milhões de Fcfa, observando assim um aumento de 185,2%. São várias as causas que explicam essa tendência, com destaque para o facto de o país ter beneficiado de vários pacotes de reformas ao nível da UEMOA, com vista a melhorar o nível da fiscalidade e arrecadação dos tributos.

As receitas tributárias são as maiores contribuições no valor de tributos arrecadados durante o período analisado, tendo-se registando um aumento de 421,1%. Em relação às receitas não tributárias, observou-se um aumento modesto, de 20,4%. Várias causas contribuíram para esta evolução, nomeadamente as medidas de política fiscal como a centralização de todas as receitas internas ao nível do Tesouro Público; o reforço das medidas de segurança e de controlo ao nível das Alfândegas e dos Impostos; o controlo dos movimentos dos contentores nas Alfândegas de Bissau; o controlo das exportações ao nível da báscula situada no Porto de Bissau; o seguimento dos movimentos da Tesouraria pelo Gabinete do Ministro das Finanças, mediante controlo diário dos cheques endossados para pagamento no Tesouro e, por último, o controlo das garantias bancárias.

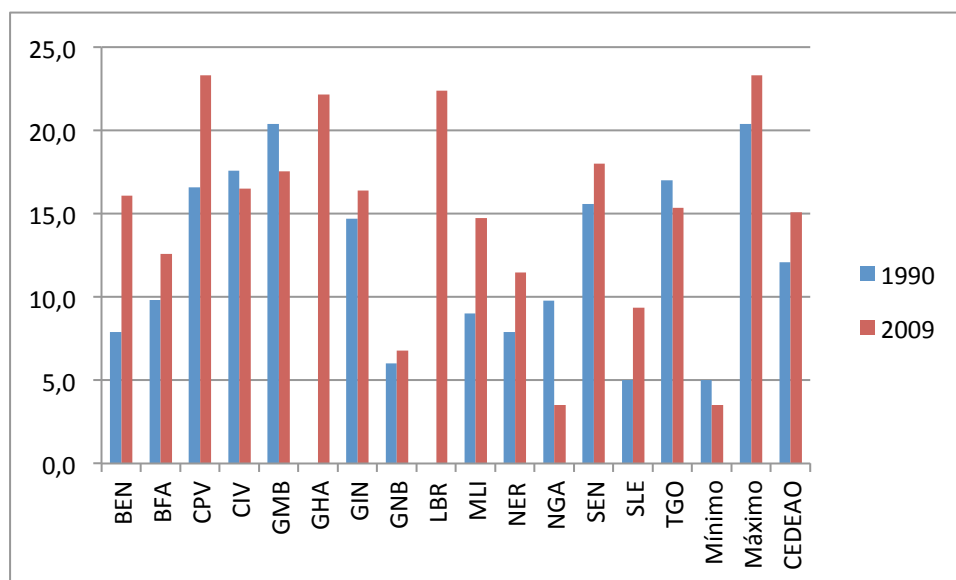
Quadro 6: Evolução das receitas públicas da Guiné-Bissau no período 1990-2009, em milhões de Fcfa								
Designação	1990	1995	2000	2005	2006	2007	2008	2009
Receita Total e donativo	24.400	40.700	57.600	49.200	42.747	58.434	49.587	77.819
Receita corrente	12.400	13.500	28.400	27.900	32.926	26.745	33.154	35.369
Receita Fiscal	5.100	6.300	16.400	18.300	20.083	18.798	20.915	26.578
Receita não Fiscal	7.300	7.200	12.000	9.600	12.843	7.947	12.239	8.791
Donativos	12.000	27.200	29.200	21.300	9.821	31.689	16.432	42.450

Fonte: Ministério das Finanças.

No que concerne às doações recebidas pelo governo da Guiné-Bissau no período em questão, houve um aumento de 253,7% explicado pelo aumento do financiamento externo aos projectos de desenvolvimento e apoio ao Orçamento Geral do Estado.

Ao nível dos países da CEDEAO (ver Figura 2), a pressão fiscal é um indicador importante da gestão orçamental, que reflecte o grau do esforço de mobilização dos impostos directos e indirectos. No ano de 1990, o rácio da receita fiscal sobre o PIB foi de 12,1 pontos percentuais; no ano de 2009 o valor da mesma rubrica foi de 15,1%. Países como Cabo-Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana e Senegal contribuíram para a explicação desta tendência (ver Quadro 7). Pelo contrário, na Guiné-Bissau, Níger e Nigéria o esforço fiscal foi muito baixo.

Figura 2. Receita tributária em % do PIB (1990/91 e 2009)



Fontes: FMI, BCEAO, Bank of Nigeria.

Quadro 7: Receita pública total em % do PIB (Sector Público Administrativo)									
	1990/91	1995	2000	2005	2006	2007	2008	2009	Varição
BEN	7,9	12,3	13,9	14,5	15,4	16,9	17,2	16,1	8,2
BFA	9,8	11,7	10,9	11,8	11,9	12,5	12,1	12,6	2,8
CPV	16,6*	16,9	18,2	21,3	21,6	25,3	23,1	23,3	6,7
CIV	17,6	21,7	14,5	14,5	15,1	15,6	15,6	16,5	-1,1
GMB	20,4*	16,3	16,2	17,8	18,8	19,3	17,9	17,5	-2,9
GHA	N/D	N/D	16,3	21,9	21,1	23,5	25,4	22,1	
GIN	14,7*	10,9	10,9	12,1	12,7	13,5	14,7	16,4	1,7
GNB	6,0	5,5	10,1	11,5	5,7	5,5	6,7	6,8	0,8
LBR	N/D	N/D	13,0	13,8	16,5	20,6	22,0	22,4	
MLI	9,0	12,2	11,9	15,4	14,7	14,2	13,3	14,7	5,7
NER	7,9	7,4	8,7	10,3	11,0	13,0	10,7	11,5	3,6
NGA	9,8	7,0	6,9	5,4	3,6	6,1	5,5	3,5	-6,3
SEN	15,6	14,8	16,1	18,6	19,2	19,3	18,3	18,0	2,4
SLE	5,0	9,0	10,8	11,1	8,5	7,8	10,3	9,3	4,3
TGO	17,0	9,9	11,3	14,6	15,4	16,1	14,9	15,4	-1,6
Mínimo	5,0	5,5	6,9	5,4	3,6	5,5	5,5	3,5	-1,5
Máximo	20,4	21,7	18,2	21,9	21,6	25,3	25,4	23,3	2,9
CEDEAO	12,1	12,0	12,7	14,3	14,1	15,3	15,2	15,1	3,0

Fontes: FMI, BCEAO, Bank of Nigeria. Notação (*) corresponde ano de 1991.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo serão apresentados os modelos teóricos e econométricos abordados no estudo.

4.1 O modelo teórico

O modelo básico proposto segue a metodologia desenvolvida por Barro (1990), Barro e Sala-i-Martin (1992), Devarajam et al. (1996) entre outros, em que as variáveis da política fiscal, são desagregadas para explicar as taxas de crescimento do produto.

As despesas públicas foram divididas em produtivas (g_p), que integram a função de produção por servirem como *input* para o sector privado, e improdutivas (g_i) que não integram a função de produção, uma vez que se assume que esses *inputs* não servem para o sector privado. Em relação aos tributos, estes foram separados em impostos distorcionários (T_d), os impostos que incidem sobre o rendimento, o que implica ($T_d = \tau_y y$), e impostos não distorcionários (T_n), representados por imposto de incidência única (*lump sum*) e que não dependem do rendimento. As categorias de despesas públicas, capital e o rendimento estão mensurados em unidade de trabalho e os totais de despesas e dos impostos podem ser expressos como: $g = g_p + g_i$ e $T = \tau_y y + T_n$.

Assim sendo, a função de produção é composta por: stock de capital privado (k), despesas produtivas (g_p) e outras improdutivas (g_i) ambos *per capita*.

$$y = f(k, g_p, g_i) = \left[\alpha k^{-\xi} + \beta g_p^{-\xi} + \gamma g_i^{-\xi} \right]^{-1/\xi} \quad (1)$$

onde $\alpha, \beta, \gamma \geq 0$, $\alpha + \beta + \gamma = 1$ e $\xi \geq -1$. Os parâmetros, α , β e γ representam os coeficientes lineares do “stock” de capital privado, despesas produtivas e improdutivas, respectivamente e ξ é a elasticidade de substituição constante. De acordo com Barro (1990), assume-se que os gastos públicos são financiados por uma taxa τ , em que:

$$\tau = g_p + g_i \quad (2)$$

As partes, $\phi(0 \leq \phi \leq 1)$, dos gastos totais destinadas para os gastos (g_p) e (g_i) são:

$$g_p = \phi \tau y \text{ e } g_i = (1 - \phi) \tau y \quad (3)$$

Considerando ϕ e τ como dados, o agente representativo escolhe o consumo (c) e capital (k) de modo a maximizar o seu bem-estar.

$$U = \int_0^{\infty} u(c) e^{-\rho t} dt, \quad (4)$$

$$\text{sujeito a } \dot{k} = (1 - \tau)y - c, \quad (5)$$

onde ρ é a taxa de preferência temporal.

Para obter soluções analíticas, assume-se que a função de utilidade tem uma forma isoelástica:

$$u(c) = \frac{c^{1-\sigma}}{1-\sigma} \quad (6)$$

com $\sigma > 0$.

Substituindo a equação (6) em (4) e maximizando sujeito às equações (1), (2), (3) e (5), obtemos a equação da taxa de crescimento do consumo:

$$\frac{\dot{c}}{c} = \frac{\alpha(1-\tau) \left\{ \alpha + (g/k)^{-\xi} [\beta \phi^{-\xi} + \gamma(1-\phi)^{-\xi}] \right\}^{-\frac{1+\xi}{\xi}} - \rho}{\sigma}. \quad (7)$$

A taxa de crescimento do consumo é λ . Assume-se que, em *steady-state*, τ e $\frac{g}{y}$ são

constantes. Isto implica que o rácio $\frac{g}{k}$, efectuando manipulação algébrica (1) – (3),

$$\frac{g}{k} = \left\{ [\tau^{\xi} - \beta \phi^{-\xi} - \gamma(1-\phi)^{-\xi}] / \alpha \right\}^{1/\xi} \quad (8)$$

Substituindo o valor de $\frac{g}{k}$ da equação (8) em (7) obtém-se a taxa de crescimento do consumo

no *steady-state*:

$$\lambda = \frac{\alpha(1-\tau) \left\{ \alpha \tau^{\xi} / [\tau^{\xi} - \beta \phi^{-\xi} - \gamma(1-\phi)^{-\xi}] \right\}^{-(1+\xi)\xi} - \rho}{\sigma}. \quad (9)$$

A partir da equação (9), deriva-se uma relação entre a taxa do crescimento no *steady-state*, λ , e a parte dos gastos do governo destinados a g_1 :

$$\frac{\partial \lambda}{\partial \phi} = \frac{\alpha(1-\tau)(1-\xi) [\alpha\tau^\xi]^{-(1+\xi)\xi} [\beta\phi^{-(1+\xi)} - \gamma(1-\phi)^{-(1+\xi)}]}{\sigma [\tau^\xi - \beta\phi^{-\xi} - \gamma(1-\phi)^{-\xi}]^{-1/\xi}}. \quad (10)$$

Define-se, nesse caso, o gasto produtivo como sendo aquele que aumenta a taxa de crescimento de *steady-state*. Logo, pela equação (10), o componente (g_p) é produtivo se $\frac{d\lambda}{d\phi} > 0$. De acordo com o modelo, assumindo que λ na equação (9) é positiva, a (10) será também se:

$$(1+\xi) [\beta\phi^{-(1+\xi)} - \gamma(1-\phi)^{-(1+\xi)}] > 0. \quad (11)$$

Dado que $\xi \geq -1$, implica que $d\lambda/d\phi > 0$ no caso em que:

$$\frac{\phi}{(1-\phi)} < \left(\frac{\beta}{\gamma}\right)^\theta \quad (12)$$

onde $\theta = 1/(1+\xi)$ é a elasticidade de substituição.

Observando a equação (12), repare que o impacto da mudança na composição sobre a taxa de crescimento não depende apenas da produtividade das despesas (g_p) e (g_i), que são (β) e (γ), mas também das suas parcelas iniciais, ϕ para (g_p) e $(1-\phi)$ para (g_i)

Neste caso, a escolha de ϕ pode aumentar o crescimento até o ponto em que:

$$\frac{\phi^*}{(1-\phi^*)} = \left(\frac{\beta}{\lambda}\right)^\theta \Rightarrow \frac{\beta^\theta}{\phi^*} = \frac{\gamma^\theta}{1-\phi^*}$$

em que ϕ^* corresponde à escolha ótima de composição dos gastos.

Segundo Davino e Junior (2009), isto ocorre porque θ e ξ são constantes pela definição de função de elasticidade constante da substituição (CES). Como os coeficientes dos gastos produtivos (β) e improdutivos (γ) são constantes, a variável de escolha do governo é ϕ .

De acordo com Rocha e Giuberti (2007), o aumento da taxa de crescimento que resulta da mudança na composição dos gastos pode ocorrer sem qualquer mudança nos gastos totais. Tendo em conta que um aumento nos gastos totais deve ser financiado por impostos de igual montante, haverá um aumento na taxa de crescimento se a produtividade de $(\beta + \gamma)$ for maior do que a receita necessária para o seu financiamento.

Na parte empírica, efectuar-se-á modelagem para descobrir quais gastos do governo são produtivos e se existe um nível óptimo de ϕ capaz de maximizar o crescimento guineense no contexto da CEDEAO.

4.2 Modelo empírico

Os estudos sobre crescimento económico endógeno usam normalmente a variável dependente da taxa de crescimento de produto e as variáveis explicativas, subdivididas em variáveis fiscais e não fiscais. Assim sendo, a representação do modelo corresponde:

$$\Delta y_{i,t} = \alpha_{i,t} W_{i,t} + \beta_{j,t} X_{j,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (13)$$

onde $\Delta y_{i,t}$ é uma variável dependente que representa taxa de crescimento do produto por cada período de tempo; $W_{i,t}$ é o conjunto de variáveis explicativas não fiscais do país i no período t ; $\alpha_{i,t}$ é o conjunto de parâmetros das variáveis explicativas não fiscais; $X_{j,t}$ é conjunto variáveis explicativas fiscais do país i no período t ; β_j é conjunto de parâmetros das variáveis fiscais e por último, $\varepsilon_{i,t}$ é o termo de erro aleatório.

As variáveis explicativas de carácter não fiscal, $W_{i,t}$, são especificadas em: investimento privado e o grau de abertura da economia.

As variáveis fiscais $X_{j,t}$ são especificadas de acordo com a sua classificação funcional e por categorias económicas. As especificações relativas à classificação funcional das despesas e receitas governamentais são: despesas produtivas, despesas não produtivas e outras despesas; e impostos distorcionários e impostos não distorcionários. As especificações das variáveis fiscais quanto à categoria económica, estão representadas em despesas de consumo do governo e investimento público.

4.3 Modelo Econométrico

O impacto da política fiscal no crescimento económico de longo prazo, feita através da relação entre a composição das despesas, ajuste fiscal e crescimento, pode ser estimado de acordo com Gupta et al. (2006), regredindo a taxa de crescimento anual de PIB real *per capita*, nas variáveis fiscais e noutras variáveis de controlo. Gupta et al. (2006), usaram três modelos que explicam estes relacionamentos.

No modelo 1, as variáveis fiscais são medidas em proporção do PIB, sem incluir uma variável relativa ao equilíbrio fiscal. De acordo com os autores, isso permite captar os efeitos de determinada despesa, não só sobre a composição de despesas, mas também sobre o défice. No modelo 2, foram mensuradas as variáveis fiscais em relação ao total de despesas ou total de receitas, permitindo assim avaliar directamente o impacto da composição de receitas ou despesas sobre o crescimento, incluindo uma variável para o equilíbrio orçamental. Por último, o modelo 3 expressa a forma e a natureza do financiamento do défice que afecta o crescimento, no qual se substitui a variável do saldo orçamental pelas variáveis para financiamento interno e externo do défice.

O primeiro modelo representa as componentes do orçamento, isto é, as receitas e despesas medidos em proporção do PIB.

$$\Delta y_{i,t} = \alpha + \sum_{l=1}^k \beta_l Y_{ilt} + \sum_{h=1}^q \beta_h XPIB_{iht} + u_{it} \quad (14)$$

onde $\Delta y_{i,t}$ é a taxa de crescimento do PIB real *per capita*; Y_{ilt} é um vector de variáveis independentes composto por variáveis não fiscais entre as quais: nível inicial do PIB *per capita*, taxa de investimento privado, termos de troca, força de trabalho e nível inicial de matrículas no ensino primário e secundário; e $XPIB_{iht}$ é um vector de variáveis fiscais destinadas a capturar o efeito da composição do orçamento. Todas as variáveis são medidas em termos percentuais do PIB e incluem os salários do sector público, despesas com bens e serviços, transferências e subsídios, juros da dívida pública, as despesas de capital e outras despesas correntes, as receitas tributárias, as receitas não tributárias e donativos. Segundo os autores, o saldo orçamental não é incluído para evitar a situação de colinearidade perfeita entre as regressões.

No segundo modelo é apresentada a situação do equilíbrio orçamental como proporção do PIB e da composição das despesas por categoria económica.

$$\Delta y_{i,t} = \alpha + \sum_{l=1}^k \beta_l Y_{ilt} + \sum_{h=1}^q \beta_h XSODESP_{iht} + u_{it} \quad (15)$$

As variáveis Δy_{it} e Y_{ilt} são definidas como na equação anterior, $XSODESP_{iht}$ é um vector de variáveis fiscais que captura o efeito do saldo orçamental e da composição das despesas no crescimento. O saldo orçamental é medido em percentagem do PIB, enquanto todos os itens de despesas são medidas em relação às despesas totais. As categorias de despesas incluem: os salários do sector público, despesas com bens e serviços, transferências e subsídios, juros da dívida pública, as despesas de capital e outras despesas correntes.

O último modelo expõe as fontes de financiamento do défice expresso em proporção do PIB e a composição das despesas por categoria económica.

$$\Delta y_{i,t} = \alpha + \sum_{l=1}^k \beta_l Y_{ilt} + \sum_{h=1}^q \beta_h XFINDESP_{iht} + u_{it} \quad (16)$$

onde as variáveis Δy_{it} e Y_{ilt} são as definidas nas duas equações anteriores e $XFINDESP_{iht}$ é um vector de variáveis destinado a captar o efeito do financiamento interno e externo do défice, expresso em percentagem do PIB. Todos os itens de despesa são medidos em relação às despesas totais. São, também, analisados índices de termos de comércio. Segundo a literatura, quando um índice de termos de troca é positivo, indica que a relação entre preços de exportação e os preços de importação tem efeito positivo sobre o crescimento económico. De acordo com Nubukpo (2007), esses processo resultados em crescente competitividade, ganho cambial e aumento de poupança nacional, que pode ser favorável para o crescimento. Esta variável foi incluída no modelo para explicar a especificidade das pequenas economias abertas.

Para a estimação de dados serão utilizados os modelos dinâmicos com dados em painel. Existem várias referências neste domínio, destacando Arellano e Bond (1991); Arellano e Bover (1995); e Blundell e Bond (1998). Estes autores desenvolveram um processo de estimação linear através dos métodos do momento generalizado (GMM) no qual, utilizam os sucessivos

valores desfasados das variáveis endógenas como instrumentos para a primeira diferença dessas variáveis.

Nessa família de modelos a variável dependente desfasada pode ser positivamente correlacionada com o efeito fixo que é parte do componente do termo de erro do modelo, dando origem a um viés dinâmico do estimador. A solução proposta por Arellano-Bond (1991), baseia-se em transformar os dados de modo a eliminar o efeito fixo através da transformação em primeiras diferenças.

Por questão de confiabilidade da utilização de um numeroso conjunto de condições, de momento, serão utilizados testes de Sargan/Hansen para a validade conjunta dos instrumentos. O referido teste de especificação é um procedimento comum tratando-se de estimações do tipo GMM.

5 OS DADOS E OS RESULTADOS DA ESTIMAÇÃO

5.1 Dados

Para a análise empírica dos efeitos da política fiscal e da composição da despesa no crescimento económico, serão utilizados dados em painel, para períodos consecutivos e não sobrepostos de 5 anos, da Guiné-Bissau e dos 14 países da CEDEAO (ver lista dos países Quadro 8, em anexo), cobrindo o período 1980-2009. Os dados foram extraídos das seguintes fontes: *Penn World Table 70.- PWT 7*, (Heston, Summers e Aten, 2010), *World Development Indicators -WDI*, fornecido pelo Banco Mundial (BIRD), *Government Financial Statistics- GFS*, do Fundo Monetário Internacional (FMI), Nota de Informação Estatística do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), Banco Central da Nigéria, mais informações estatísticas cuja origem é reportada no Quadro 9, em anexo. É de salientar que esses bancos de dados internacionais são bastante referenciados em estudos empíricos, no domínio do crescimento económico, uma vez que as informações disponíveis são sistematizadas de acordo com metodologias que possibilitam a comparação entre diferentes países.

5. 2 Resultados

Para o período analisado de 1980 até 2009 as estatísticas descritivas (ver Tabela 1) das variáveis abrangidas no modelo mostram que as economias dos países da CEDEAO apresentaram um crescimento médio do PIB *per capita* de 4% nos últimos vinte e nove anos. O Gráfico 1 fornece as informações da evolução do produto *per capita* dos países ao longo do período analisado.

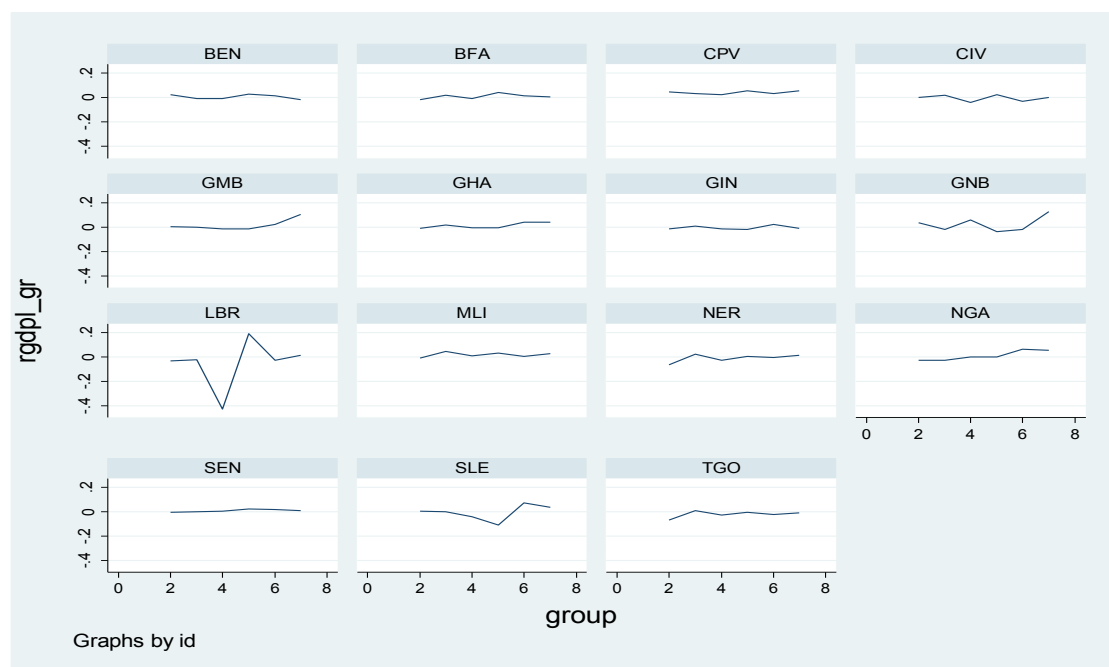
Em relação à fiscalidade, esta representou em média, 12,64% do PIB, valor muito baixo quando comparado com a média actual dos países da UEMOA, com 15%. A fraca arrecadação da receita fiscal foi registada em países como a Libéria, Guiné-Bissau, Níger e a Nigéria. Em relação a este último território não foram contabilizadas as receitas provenientes do sector de petróleo (ver Gráfico 2).

Tabela1: Estatísticas Descritivas dos Países da CEDEAO

Variáveis	Nº de Obs.	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Taxa de crescimento do PIB per capita	90	0,04	0,06	-0,43	0,19
Logaritmo do PIBPC inicial	105	6.81	0,47	5.09	8.24
Taxa de crescimento da população	90	0,03	0,01	-0,04	0,05
Taxa de frequência da escola primária	89	72,71	29,41	20,82	157,74
Taxa de frequência da escola secundária	87	21,89	12,43	3,14	67,11
Consumo público (% PIB)	90	10,39	4,23	1,64	17,77
Investimento (% PIB)	90	18,44	9,97	-2,25	53,84
Comércio externo (% PIB)	90	64,35	20,62	27,40	146,97
Taxa de inflação	89	21,43	80,77	-2,46	758,42
Formação bruta de capital fixo (% PIB)	84	17,96	7,01	4,99	44,79
Exportações (% PIB)	87	25,85	12,28	6,03	57,64
Importações (% PIB)	87	36,84	13,23	6,84	71,26
Receitas fiscais (% PIB)	66	12,64	4,45	4,82	22,92
Saldo Orçamental (% PIB)	69	-8,60	7,62	-47,13	0,6
Despesas totais (% PIB)	66	25,46	11,96	12,45	100,8
Despesas correntes (% PIB)	87	13,68	5,21	5,57	40,59
Despesas de investimento (% PIB)	80	9,35	5,82	2,48	33,32

Fonte: Feito pelo autor: médias para períodos de 5 anos cobrindo o período de 1980 a 2009.

Gráfico 1: Taxa de crescimento do PIB *per capita* dos 15 países da CEDEAO



Quanto às despesas públicas totais, a média situou-se em torno de 25,46% do PIB. Países como a Costa do Marfim, Gana, Nigéria e Guiné-Bissau registaram valores maiores em relação aos outros países da região (ver Gráfico 3).

Gráfico 2: Evolução da receita fiscal em percentagem do PIB dos 15 países da CEDEAO

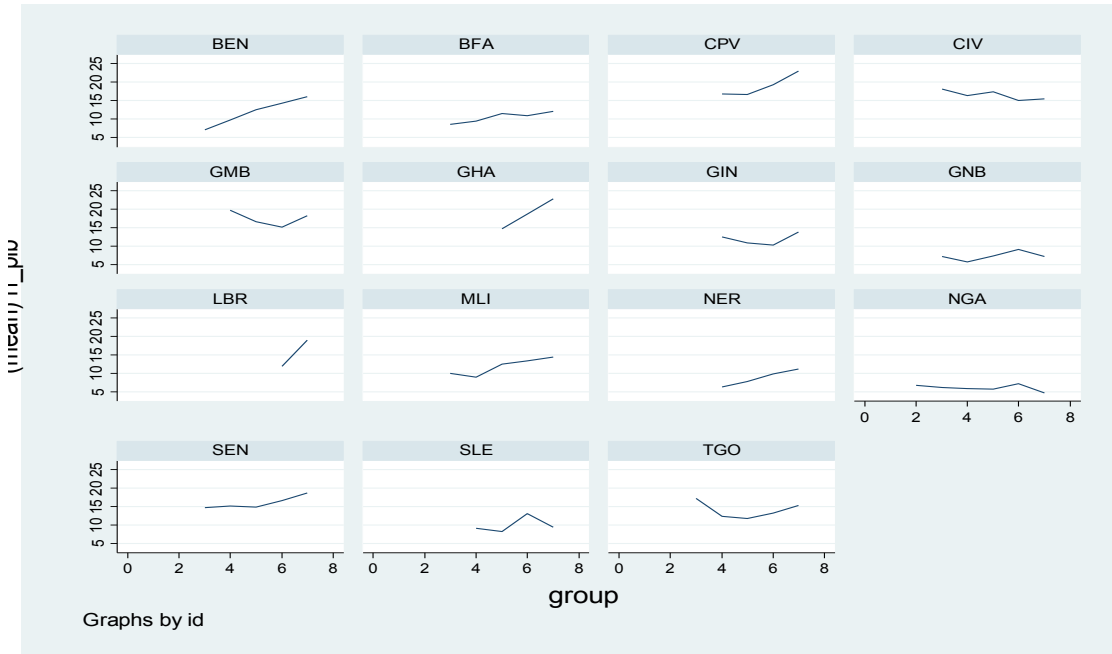
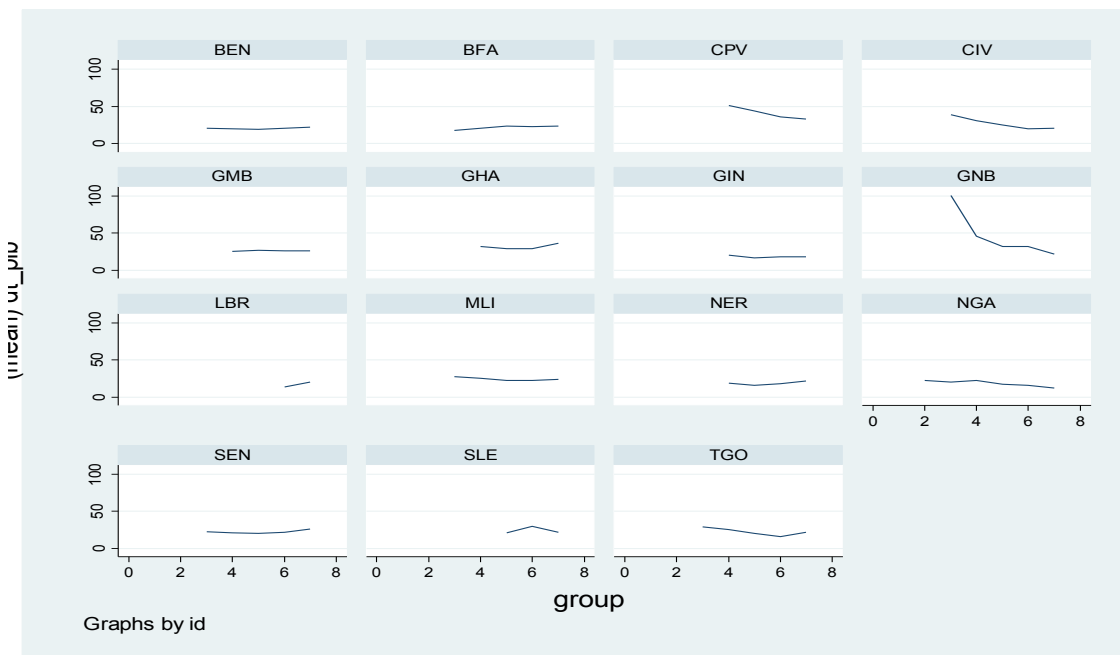
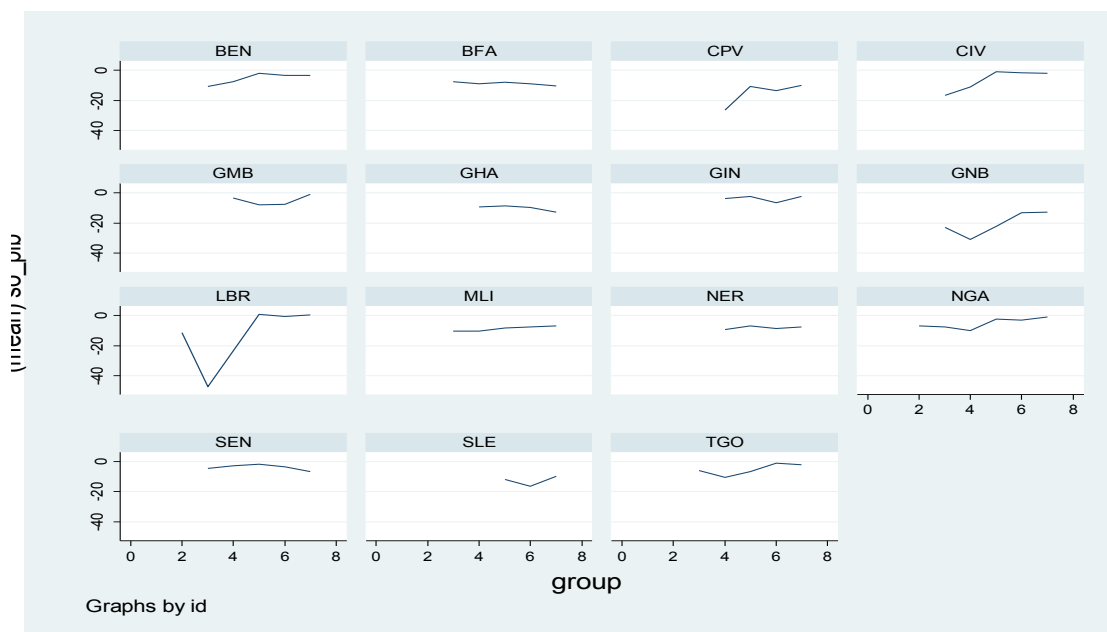


Gráfico 3: Evolução da despesa pública total em percentagem do PIB dos 15 países da CEDEAO



Por último, a média do saldo orçamental ficou em torno de um défice equivalente a 8,6% do PIB.

Gráfico 4: Evolução do Saldo Orçamental em percentagem do PIB dos 15 países da CEDEAO



Como ilustra o Gráfico 4, nos últimos anos a maioria dos países da CEDEAO registam uma melhoria na redução do défice orçamental em relação ao produto. Essas melhorias na redução do saldo orçamental, se forem reforçadas com as medidas de seguimento multilateral das políticas macroeconómicas da comunidade, poderão conduzir à situação de sustentabilidade das finanças públicas.

Existe o problema comum na literatura de política fiscal e crescimento que pode ser a possível causa da presença de endogeneidade ou causalidade reversa. Portanto, poderia se verificar o caso em que o crescimento económico em si influenciaria as variáveis fiscais. Segundo Gupta et al. (2006), utilizando técnicas que não levam em conta esse problema, poderá estar-se a fornecer estimativas dos parâmetros inconsistentes e tendenciosas. Para resolver tais problemas, foi usado o estimador sistema-GMM proposto por Blundell e Bond (1998). Os estimadores sistema-GMM (GMM-Abond2) são estimadores robustos que contornam os eventuais problemas de endogeneidades e de especificação incorrecta do modelo. Ainda foram utilizados outros estimadores que testaram a robustez dos resultados, nomeadamente, estimações de mínimos quadrados com desvios padrão robustos a heterocedasticidade (OLS) e estimações em que se assumiu a presença de efeitos fixos dos países (EFEITOS FIXOS).

A Tabela 2, contém os resultados da estimação de efeitos ao nível da fiscalidade na taxa de crescimento do PIB *per capita*. Observa-se uma relação negativa, mas estatisticamente significativa, entre a taxa de crescimento do PIB *per capita* e o nível de fiscalidade, o que indica que a taxa de pressão fiscal afecta negativamente o crescimento económico dos 15 países da CEDEAO, ao longo do tempo. Isto quer dizer que elevações dos níveis das receitas fiscais em relação ao produto acarretam numa redução do crescimento do produto *per capita* ao longo do período em questão. Estes resultados estão em conformidade com os de Engen e Skinner (1992) e Folster e Henrekson (1999), entre outros.

Em relação ao rendimento *per capita* inicial, apresenta um efeito positivo e significativo, este resultado não valida a hipótese da convergência condicional, isto é, de países com níveis de rendimento mais baixos, mantendo todo o resto constante, tenderem a crescer mais rapidamente que os países com rendimentos mais elevados (Barro, 1991). Esta mesma relação pode ser considerada para a taxa de crescimento da população, pois de acordo com Barro (1989), o crescimento da população tende a ser menor nos países com maiores níveis de produto *per capita*. De acordo com os resultados, o coeficiente da taxa de crescimento populacional afecta positivamente o crescimento, embora só seja estatisticamente significativo para GMM-Abond2, estes indícios são consistentes com a literatura económica.

Conforme a teoria económica, o controlo da inflação é fundamental para a manutenção do crescimento de longo prazo. No que diz respeito à taxa de inflação, os resultados indicam que a mesma tem efeito negativo na taxa de crescimento do produto *per capita*, o que confirma a consistência teórica de que a incerteza em relação à evolução dos preços influencia o crescimento económico. Em outras palavras, pode-se dizer que reduzir a inflação nos países da CEDEAO estimula o crescimento e, logo, o crescimento responde mais à estabilidade macroeconómica.

A elevação do investimento privado possibilita o aumento do *stock* de capital de um país, que a princípio aumentaria a produtividade e o crescimento. Para a taxa de investimento o coeficiente da regressão nunca é estatisticamente significativo. Estes resultados não evidenciam de forma explícita, o efeito do investimento privado no crescimento dos países da CEDEAO. A variável que mede o nível da educação primária, apresentou o coeficiente negativo e não significativo em

relação ao produto *per capita*. Ao contrário do nível da educação secundária no PIB *per capita* que apresentou um coeficiente positivo e estatisticamente significativo. Isto quer dizer que o investimento na educação secundária, nos países analisados, contribui na acumulação do capital humano e para o crescimento económico.

Por último, vários estudos apontam para a importância do comércio externo no crescimento económico, aproveitando os ganhos resultantes das economias de escala, as vantagens comparativas, entre outros. Para variáveis como exportações e importações no PIB, as estimativas obtidas não foram consistentes com a literatura económica.

Tabela 2: Efeito do nível de pressão fiscal na taxa de crescimento do PIB *per capita* dos 15 países da CEDEAO.

Variável dependente: Taxa de crescimento do PIB *per capita*

Variável	(OLS)	(EFEITOSFIXOS)	(GMM-Abond2)
PIBpc inicial	0,030* (0,016)	0,151*** (0,030)	0,030** (0,015)
Receita fiscal	- 0,004* (0,001)	-0,004** (0,002)	- 0,004*** (0,001)
Cresc. população	0,971 (0,623)	0,797 (0,547)	0,971* (0,557)
Freq. Esc. primária	-0,0003 (0,0002)		- 0,0003 (0,0002)
Freq. Esc. secundária	0,001* (0,001)		0,001* (0,001)
Taxa de inflação	-0,0004* (0,0002)	-0,0006 (0,0004)	-0,0004* (0,0002)
Form. bruta de capital fixo	0,001 (0,001)	-0,001 (0,001)	0,001 (0,001)
Exportações	-0,001 (0,001)	-0,001 (0,00)	-0,001 (0,001)
Importações	0,001 (0,001)	0,001** (0,001)	0,001 (0,001)
Constante	- 0,207** (0,097)	-1,002*** 0,194	- 0,207** (0,087)
R^2 - ajustado	0,4731	0,5889	
Teste de Hansen			0,569
Teste (prob) - AR1			0,056
Teste (prob) - AR2			0,892
Nº Obs.	66	66	66

Fonte: Feito pelo autor: Os dados médios de 5 anos correspondem ao período de 1980 até 2009. Nota: Erro padrão entre parênteses. (*), (**) e (***) denotam, respectivamente, 10%, 5% e 1% de significância estatística.

As despesas públicas são componentes fundamentais da procura agregada. Elas podem contribuir para uma situação de equilíbrio macroeconómico, endividamento sustentável e promover o crescimento económico. A Tabela 3 apresenta os resultados da estimação do efeito da dimensão do sector público no crescimento. De acordo com a teoria, nos países em desenvolvimento o peso das despesas públicas totais tem um impacto negativo no PIB *per capita*. Os coeficientes estimados de (OLS), (EFEITOS FIXOS) e (GMM-Abond2) são positivos e não significativos. Assim sendo, não se observou o efeito notável da relação da despesa total no crescimento.

Tabela 3: Efeito das despesas públicas totais na taxa de crescimento do PIB *per capita* dos 15 países da CEDEAO

Variável dependente: Taxa de crescimento do PIB *per capita*

Variável	(OLS)	(EFEITOSFIXOS)	(GMM-Abond2)
PIBpc inicial	0,030*** (0,007)	0,138*** (0,030)	0,036*** (0,012)
Despesa total	0,0002 (0,0002)	0,0002 (0,0005)	- 0,0005 (0,0003)
Cresc. da população		0,833 (0,595)	0,772 (0,682)
Taxa de inflação		-0,0002 (0,0006)	0,001*** (0,0002)
Form. bruta de capital fixo		-0,0007 (0,0007)	5,890 (0,001)
Exportações			-0,001* (0,001)
Importações			0,001** (0,0004)
Constante	-0,185*** (0,470)	-0,947*** (0,202)	- 0,253*** (0,083)
R^2 - ajustado	0,4731	0,5889	
Teste de Hansen			0,569
Teste (prob) - AR1			0,056
Teste (prob) - AR2			0,892
Nº Obs.	66	66	66

Fonte: Feito pelo autor: Os dados médios de 5 anos correspondem ao período de 1980 até 2009. Nota: Erro padrão entre parênteses. (*), (**) e (***) denotam, respectivamente, 10%, 5% e 1% de significância estatística

Os saldos orçamentais negativos podem exercer efeitos que não promovem a actividade económica privada. Défices persistentes acarretam pressão sobre as taxas de juro, desincentivando o investimento e, conseqüentemente, o crescimento económico. Igualmente, o

saldo orçamental pode ser considerado como determinante do crescimento. Vários estudos para os países de OCDE mostram que uma redução do défice orçamental pode acelerar o crescimento de um país, que se encontra com o problema da dívida pública elevada e insustentável. Esta mesma hipótese é válida para os países em desenvolvimento, como demonstram Baldacci et al. (2003), segundo os quais uma melhoria de 1% no saldo orçamental em relação ao PIB tem um efeito positivo e significativo sobre a taxa de crescimento do PIB *per capita* de 4 pontos percentuais.

A Tabela 4 apresenta os coeficientes estimados para o saldo orçamental. Os resultados das estimativas de (EFEITOS FIXOS) indicam um efeito positivo e estatisticamente significativo. Porém, os resultados das restantes estimações são inconclusivos.

Tabela 4: Efeito do saldo orçamental na taxa de crescimento do PIB *per capita* dos 15 países da CEDEAO

Variável dependente: Taxa de crescimento do PIB <i>per capita</i>			
Variável	(OLS)	(EFEITOS FIOS)	(GMM-Abond2)
PIBpc inicial	-0,083 (0,099)	-0,555** (0,237)	- 0,272 (0,070)
Saldo orçamental	0,0005 (0,0008)	0,002*** (0,0005)	-0,001 (0,001)
Taxa de inflação		0,0002*** (0,00003)	0,0001 (0,0003)
Form. bruta de capital fixo			0,0002 (0,001)
Cresc. da população		1.291*** (0,625)	1,051* (0,070)
Constante	- 0, 083 (0,099)	0,555 (0,237)	- 0,207 (0,072)
<i>R</i> ² - ajustado	0,1697	0,5934	
Teste de Hansen			0,788
Teste (prob) - AR1			0,055
Teste (prob) - AR2			0,969
<i>N</i> ^o Obs.	69	69	66

Fonte: Feito pelo autor: Os dados médios de 5 anos correspondem ao período de 1980 até 2009. Nota: Erro padrão entre parênteses. (*), (**) e (***) denotam, respectivamente, 10%, 5% e 1% de significância estatística.

Na Tabela 5, o efeito do consumo público (em % do PIB) no crescimento económico é positivo e estatisticamente significativo e, com excepção nas estimativas com (EFEITOS FIXOS), que apresentam os coeficientes positivos embora não significativos. Isto indica que um aumento de um ponto nesta variável afecta o crescimento do PIB per capita dos países da CEDEAO em 0,2.

A diferença de resultados em relação à Tabela 3, na qual a despesa pública total nunca era estatisticamente significativa, poderá dever-se ao facto de haver um número consideravelmente maior de observações nas estimações cujos resultados são reportados na Tabela 5.

A relação entre o peso do investimento no PIB e a taxa do crescimento do PIB *per capita* apresenta coeficientes que nunca são estatisticamente significativos. Esses resultados, um pouco estranhos, não revelam a existência de uma política económica, que cria um ambiente mais propício para a contribuição do sector privado ao crescimento.

Tabela 5: Efeito do consumo e investimento total na taxa de crescimento do PIB *per capita* dos 15 países de CEDEAO

Variável dependente: Taxa de crescimento do PIB *per capita*

Variável	(OLS)	(EFEITO FIXOS)	(GMM-Abond2)
PIBpc inicial	0,051*** (0,010)	0,095*** (0,029)	0,053*** (0,011)
Consumo público	0,002** (0,001)	0,001 (0,002)	0,002** (0,001)
Investimento	0,0004 (0,0006)	- 0,001 (0,001)	0,0004 (0,001)
Cresc. da população	2,225** (0,980)	0,801 (0,530)	2,326*** (0,891)
Exportações		- 0,003* (0,001)	
Importações		0,002*** (0,001)	
Constante	- 0,431*** (0,096)	- 0,654** (0,186)	- 4,501*** (0,011)
R^2 - ajustado	0,6592	0,5327	
Teste de Hansen			1,000
Teste (prob) - AR1			0,018
Teste (prob) - AR2			0,550
N. Obs.	89	87	89

Fonte: Feito pelo autor: Os dados médios de 5 anos correspondem ao período de 1980 até 2009. Nota: Erro padrão entre parênteses. (*), (**) e (***) denotam, respectivamente, 10%, 5% e 1% de significância estatística.

Existem vários estudos como Benos (2009), Baldacci et al (2003), entre outros, analisaram o efeito da despesa corrente e do investimento público no crescimento. Por exemplo, o estudo que focaliza os países em desenvolvimento, mostra que a despesa de capital apresenta os efeitos positivos no crescimento, enquanto a despesa corrente exhibe o efeito contrário. No entanto, o estudo de Ghosh e Gregoriou (2008), para 15 países em desenvolvimento, demonstra que a despesa corrente tem impacto positivo no crescimento, enquanto a despesa

de capital tem efeito negativo.

Na tabela 6 são apresentados os resultados das estimativas do efeito das despesas correntes e do investimento público (ambos em percentagem do PIB) em relação ao crescimento do produto *per capita*. Os resultados mostram uma relação negativa entre a despesa corrente e o crescimento do PIB *per capita*. Este resultado apoia a tese de que a despesa corrente afecta negativamente o crescimento económico, nos países em desenvolvimento.

A despesa de capital/investimento apresenta uma relação positiva e estatisticamente significativa com o crescimento nos países da CEDEAO. Este resultado corrobora o de Ang (2009), para o caso da Malásia, que aponta a importância das despesas de capital públicas para o crescimento.

Tabela 6: Efeito da despesa pública corrente e da despesa do investimento público na taxa de crescimento do PIB *per capita* dos 15 países da CEDEAO.

Variável dependente: Taxa de crescimento do PIB <i>per capita</i>	
Variável	(GMM-Abond2)
Constante	- 0, 235*** (0,007)
Despesas correntes	0,0004 (0,0007)
Despesas de investimento	0,001* (0,001)
PIBpc inicial	0,030*** (0,007)
Taxa de inflação	-0,0002 (0,0002)
Cresc. da população	0,803 (0,529)
<i>Teste de Hansen</i>	1,000
<i>Teste (prob) - AR1</i>	0,014
<i>Teste (prob) - AR2</i>	0,957
<i>N. Obs.</i>	80

Fonte: Feito pelo autor: Os dados médios de 5 anos correspondem ao período de 1980 até 2009.

Nota: Erro padrão entre parênteses. (*), (**) e (***) denotam, respectivamente, 10%, 5% e 1% de significância estatística.

Finalmente, foi estimada na tabela 7 o efeito das variáveis fiscais sobre a taxa de investimento privado. Os resultados indicam um efeito positivo, estatisticamente significativo, que o nível da receita fiscal exerce sobre a decisão de investimento. O coeficiente estimado do saldo orçamental, aponta que a deterioração do mesmo (um maior défice) tem efeitos positivos na taxa de investimento privado. Tal resultado poderá dever-se ao efeito positivo de curto prazo na actividade económica exercido por uma política orçamental expansiva.

Tabela 7: Efeito das variáveis fiscais na taxa do investimento dos 15 países de CEDEAO.

Variável dependente: Formação bruta de capital fixo (% PIB)	
Variável	(GMM-Abond2)
Receita fiscal	1,241*** (0,457)
Saldo orçamental	-0,640** (0,340)
Despesa total	-0,234 (0,308)
Constante	3,431 (3,195)
<i>Teste de Hansen</i>	0,998
<i>Teste (prob) - AR1</i>	0,320
<i>Teste (prob) - AR2</i>	0,703
<i>N. Obs.</i>	65

Fonte: Feito pelo autor: Os dados médios de 5 anos correspondem ao período de 1980 até 2009.

Nota: Erro padrão entre parênteses. (*), (**) e (***) denotam, respectivamente, 10%, 5% e 1% de significância estatística

6 CONCLUSÃO

Numa zona de integração económica e monetária (CEDEAO, UEMOA, ZMAO), a utilização de instrumentos fiscais pode ser fundamental para contrabalançar o ciclo económico. O presente estudo analisou os efeitos da política fiscal sobre a taxa de crescimento do produto nos países da CEDEAO no período 1980-2009. Tendo como base os modelos propostos por Barro (1990), Barro e Sala-i-Martin (1992), Devarajam et al. (1996) entre outros, procurou-se verificar como a política fiscal e a composição dos gastos públicos afectam o crescimento económico.

Tendo em conta os resultados obtidos na análise da política fiscal praticada nos 15 países da CEDEAO, conclui-se que a política fiscal tem efeitos na taxa de crescimento económico. Observa-se uma relação negativa entre as receitas fiscais e o crescimento, o que indica que a taxa de pressão fiscal afecta negativamente o crescimento. Esse resultado negativo foi verificado também ao nível das despesas correntes. Desta maneira, a promoção do crescimento económico a nível da Comunidade Económica da África Ocidental deve incluir políticas públicas que tendam a melhorar o desempenho dessas variáveis fiscais.

Por outro lado, a despesa pública de capital/investimento apresenta uma relação positiva e estatisticamente significativa com o crescimento, corroborando o estudo de Ang (2009) para a Malásia. Também o peso do governo no PIB influencia positivamente o crescimento económico. Esta mesma relação é vista para o nível da educação secundária no PIB *per capita*, isto quer dizer, o investimento na educação secundária, contribui na acumulação do capital humano e no crescimento económico.

Os resultados observados nas variáveis saldo orçamental, peso de exportações no produto e importações no produto não demonstram o efeito explícito ao crescimento ou seja, não são consistentes com a literatura económica. Finalmente, não se observou a hipótese da convergência condicional do rendimento, uma vez que o coeficiente estimado do rendimento inicial apresenta um sinal positivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADEFESO, H.A., MOBOLAJI, H. e SALAWU, B. (2010), Fiscal Policy and Economic Growth in Nigeria: Testing the Prediction of the Endogenous Growth Model. *The Social Sciences*, 5, 96-102.

AFONSO, A. e FURCERI, D., (2008), Government Size, Composition, Volatility and Economic Growth. *ECB Working Paper Series*, n. ° 849 / Jan. 2008.

ALESINA e ARDAGNA (2009), Large Changes in Fiscal Policy: Taxes versus Spending, *NBER working paper* N°15438.

ALESINA, A., e RODRICK D., (1991), Distributive Politics and Economic Growth, *NBER Working Paper* N° 3668.

ANG, J. B., (2009), Do Public Investment and FDI Crowd In or Crowd Out Private Domestic Investment in Malaysia? *Applied Economics* 41 (7): 913-19.

ARELLANO, M., e BOND, S. (1991), Some tests of specification for panel data: Monte Carlo evidence and an application to employment equations. *Review of Economic Studies*, 58(1), 277-297.

ARELLANO, M., e BOVER, O., (1995), Another look at the instrumental variables estimation of error-component models. *Journal of Econometrics*, 28(1), 29-51.

ASCHAUER, D. A., (1989), Is Public Expenditure Productive? *Journal of Monetary Economics* 23, 177–200.

BALDACCI, E., GUIN-SIU, M.T. e MELLO, L. (2003), More on the effectiveness of public spending on health care and education: A covariance structure model, *Journal of International Development*, 15, 709–725.

BARRO, R. J. (1989), A Cross-Country Study of Growth, Saving, and Government, *NBER Working Paper* N° 2855.

BARRO, R.J. (1990), Government spending in a simple model of endogenous growth. *Journal of Political Economy*, 98, 103-125.

BARRO, R.J. (1991), Economic growth in a cross-section of countries. *The Quarterly Journal of Economics*, 106, 407-444.

BARRO, R.J. e LEE, J.W. (1993), International comparisons of educational attainment, *Journal of Monetary Economics*, 32(3), 363–394.

BARRO, R.J., e SALA-i-MARTIN, X. (1992), Public Finance in Models of Economic Growth, *Review of Economic Studies*, 59, 645-661.

- BARRO, R.J., e SALA-i-MARTIN, X. (1995), *Economic Growth*. Cambridge, Massachutes: MIT Press.
- BENOS, N. (2009), Fiscal Policy and economic growth: empirical evidence from EU countries. *KEPE Discussion Papers*, N° 107.
- BLUNDELL, R. e BOND, S. (1998), Initial conditions and moment restrictions in dynamic panel data models. *Journal of Econometrics*, 87(1), 115-143.
- DAVINO, J.A. e JUNIOR, R. L. (2009), Composição dos Gastos Públicos e Crescimento Económico dos Municípios Brasileiros, *Anais do XXXVIII Encontro Nacional de Economia*, ANPEC 2010.
- DEVARAJAN, S., SWARROP, V. e ZOU, H. (1996), The composition of public expenditure and economic growth. *Journal of Monetary Economics*, 37, 313-344.
- EASTERLY, W. e REBELO, S. (1993), Fiscal policy and economic growth: an empirical investigation. *Journal of Monetary Economics* 32, 417-458.
- ENGEN, E. M., E J. SKINNER. (1996). Taxation and Economic Growth *NBER Working Paper* No. 5826, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- FÖLSTER, S., e HENREKSON, M. (2001), Growth Effects of Government Expenditure and Taxation in Rich Countries." *European Economic Review* 45 (8): 1501–20.
- FONDS MONÉTAIRE INTERNATIONAL (2001), *Manuel de statistiques de finances publiques 2001*, Département des statistiques – 2° ed, Washington, D.C.: FMI.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (2010), *Relatório Técnico sobre as Consultas do Artigo IV e Pedido de Acordo de Três Anos ao abrigo da Facilidade de Crédito Ampliado e de Assistência Intercalar Adicional no âmbito da Iniciativa Reforçada para os Países Pobres Muito Endividados*, Março de 2010, Washington, D.C.: FMI.
- GHOSH, S., e GREGORIOU, A. (2008), The Composition of Government Spendinan and Growth: Is Current or Capital Spending Better? *Oxford Economic Papers* 60: 484-516.
- GRAY, C. (2007), Fiscal Policy and Economic Growth in Europe and Central Asia: An Overview. *The World Bank Publication*.
- GUPTA, S., CLEMENTS, B., BALDACCI, E., e MULAS-GRANADOS, C. (2006), Fiscal Policy, Expenditure Composition, and Growth in Low-Income Countries, *IMF-supported programs: recent staff research/edited by Ashoka Mody and Alessandro Rebucci* -Washington, D.C.: International Monetary Fund.
- KAMPS, C., (2004) "New Estimates of Government Net Capital Stocks for 22 OECD Countries 1960–2001." IMF Working Paper 04/67, *International Monetary Fund*, Washington, DC.

KEHO, Y. (2007), Dépenses Publiques et Croissance Economiques en Cote d'Ivoire: Un Approche en Terme de Causalité, *CAPEC-CIRES. E. 138*.

KNELLER, R., M. F. BLEANEY, e N. GEMMELL (1999), Fiscal Policy and Growth: Evidence from OECD Countries, *Journal of Public Economics*, 74, 171-190.

LUCAS, R. (1988), On the mechanics of economic development, *Journal of Monetary Economics*, 22, 3-42.

MENDOZA, E.G., G.M. MILESI-FERRETTI, e A.P. ASEA (1997), On the Ineffectiveness of Tax Policy in Altering Long-Run Growth: Harberger's Superneutrality Conjecture, *Journal of Public Economics*, 66, 99-126.

NUBUKPO, K. (2007), Dépenses Publiques et Croissance Economiques des pays de l'union économique monétaire ouest-africaine (UEMOA). De Boeck Université, 2007/2- n° 222.

NOURZAD, F., e M. VRIEZE. (1995), Public Capital Formation and Productivity Growth: Some International Evidence. *Journal of Productivity Analysis* 6 (4), 283-95.

OCRAN, M. K. (2009), Fiscal Policy and Economic Growth in South Africa *Conference on Economic Development in Africa*, St. Catherine's College, Oxford University, UK. March 22-24, 2009.

OUATTARRA, W. (2007), Dépenses publiques, Corruption et Croissance économique dans les pays de l'UEMOA : une Analyse de la Causalité au sens de Granger, *Revue Africaine de l'Intégration*, 1(1), 139-160.

PERSSON, T., e G. TABELLINI (1994), Is Inequality Harmful for Growth?, *American Economic Review*, 84, 600-621.

PSACHAROPOULOS, G. (1994), Returns to investment in education: a global update. *World Development*, 22, 1235-1343.

RIANI, F. (1990), *Economia do Sector público: uma abordagem introdutória*, 2.ed. São Paulo: Atlas.

ROCHA, F. e GIUBERTI, A. (2007), Composição do gasto público e crescimento económico: uma avaliação macroeconómica da qualidade dos gastos dos Estados brasileiros, *Economia Aplicada*, 11(4),

ROMER, P. (1986), Increasing Returns and Long-Run Growth, *The Journal of Political Economy*, 94(5), 1002-1037.

ROMER, P. (1990), Endogeneous Technological Change, *Journal of Political Economy*, 98, S71-S102.

RUBIO, O.B., ROLDÁN, C.D. e GARCÉS, M.D. (1999), Fiscal Policy and Growth Revisited: The case of the Spanish Regions, *Documentos de Trabajo - Lan Gaiak Departamento de Economía - Universidad Pública de Navarra* 9904.

SANCHEZ-ROBLES, B. (1998), Infrastructure Investment and Growth: Some Empirical Evidence. *Contemporary Economic Policy* 16 (1): 98– 108.

SILVA, A.B. e MARIANO, E. (2005), Capital humano, progresso técnico e crescimento económico: um reexame empírico das abordagens de acumulação, inovação e difusão tecnológico, *Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia*, ANPEC 2005.

SOLOW, R. (1957), M.Technical change and the aggregate production function. *Review of Economics and Statistics*, 39, p. 312-320.

SWAN, T. W. (1956), Economic Growth and capital accumulation. *Economic Record*, 32, p. 334-361.

TODA H. Y. e YAMAMOTO T. (1995), “Statistical Inference in Vector Autoregressions with possibly Integrated Processes”. *Journal of Econometrics*, 66, 225-250.

WIDMALM, F. 2001. Tax Structure and Growth: Are Some Taxes Better Than Others *Public Choice* 107 (3–4): 199–219.

Anexos:

Quadro 8: Países membros da CEDEAO			
	UEMOA	ZMAO	NEUTRO
Países	Bénin (BEN)	Gâmbia (GMB),	Cabo-Verde (CPV).
	Burkina-Faso (BFA),	Ghana (GHA),	
	Costa do Marfim (CIV),	Libéria (LBR),	
	Guiné-Bissau (GNB),	Nigéria (NGA),	
	Mali (MLI),	Guiné (GIN),	
	Níger (NER),	Serra-Leoa (SLE).	
	Senegal (SEN)		
	Togo (TGO).		

Quadro 9: As variáveis e as respectivas fontes.		
VARIÁVEIS	DEFINIÇÃO	FONTE
rgdpl_gr,	A taxa de crescimento médio anual do PIB per capita;	(Penn World Table 7.0)
tx_inf	A taxa de inflação foi calculada a partir do deflactor do PIB	UNSD Statistical Databases
lrgdpl	Rendimento inicial é obtido a partir do logaritmo do PIB <i>per capita</i> no início de cada sub-período.	(Penn World Table 7.0)
fbkf	Formação Bruta de Capital Fixo a preços constantes	World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files
x_pib	O peso das exportações no PIB	World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files
m_pib	O peso das importações no PIB	World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files
rf_pib	O nível de fiscalidade (peso das receitas fiscais no PIB)	Países da UEMOA (Annuaire Statistique de la BCEAO) Statistics Yearbook 2004 e 2008-2009 ; Nigeria- Central Bank of Nigeria e outros países- Selected Issues and Statistical Appendix (FMI)
so_pib	O saldo orçamental em rácio do PIB	Países da UEMOA (Annuaire Statistique de la BCEAO) Statistics Yearbook 2004 e 2008-2009 ; Nigeria- Central Bank of Nigeria e outros países- Selected Issues and Statistical Appendix (FMI)
dt_pib	A despesa total em rácio do PIB	Países da UEMOA (Annuaire Statistique de la BCEAO) Statistics Yearbook 2004 e 2008-2009 ; Nigeria- Central Bank of Nigeria e outros países- Selected Issues and Statistical Appendix (FMI)
dc_pib	O rácio das Despesas públicas em consumo no PIB	World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files
di_pib	O rácio das Despesas públicas em investimento no PIB	World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files

kg	Peso do governo no PIB (a preços constants)	Penn World Table 7.0
ki	Peso do investimento no PIB (a preços constants)	Penn World Table 7.0
Pop_gr	Crescimento da população	Penn World Table 7.0